

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

PROCESSO: 6013.2025/0007104-3

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras>

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **21/05/2026 – às 10h00.**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

I – EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** – Embasamento Legal;
- 2** – Objeto;
- 3** – Condições de participação;
- 4** – Da participação de licitantes sob a forma de consórcio;
- 5** – Acesso às informações;
- 6** – Impugnação ao edital;
- 7** – Do orçamento estimado;

- 8 – Apresentação da proposta de preços;**
- 9 – Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;**
- 10 – Etapa de lances e negociação;**
- 11 – Modo de disputa aberto e fechado;**
- 12 – Julgamento;**
- 13 – Habilitação;**
- 14 – Formação do Cadastro Reserva;**
- 15 – Fase Recursal;**
- 16 – Adjudicação e Homologação;**
- 17 – Preço e dotação;**
- 18 – Da formalização da ata de registro de preços;**
- 19 – Dos contratos;**
- 20 – Penalidades;**
- 21 – Disposições Gerais.**

II ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO I/A – Instrumento de medição de resultados (IMR)

ANEXO I/B – Relação de órgãos participantes

ANEXO I/C – Especificações para Identificação Visual dos Veículos Elétricos

ANEXO II/A – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 01

ANEXO II/B – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 02

ANEXO II/C – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 03

ANEXO III – Modelo Referencial de Declarações - Habilitação

ANEXO III/A – Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo

ANEXO III/B – Critérios para Análise Econômico-Financeira

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO V – Minuta de Contrato

ANEXO VI – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços – Orientações Gerais

ANEXO VI/A – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços – Grupo 01

ANEXO VI/B – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços – Grupo 02

ANEXO VI/C – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços – Grupo 03

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela Secretaria Municipal de Gestão, situada no Viaduto do Chá nº 15 – 12º andar – Edifício Matarazzo, São Paulo, Capital, CEP 01002-900, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** e regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925000, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10h00 do dia 21/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão no site <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> e PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto o registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo, de



acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme sintetizado a seguir:

Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	Unidade de medida	QTD Estimada	Cota Reservada	Tratamento diferenciado ME/EPP
1	Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira	1	Valor Fixo Mensal (Veículo e Motorista)	Veículos/ano	26	Não	Não
		2	Quilômetro Rodado	Quilômetro rodado/ano	624.000		
		3	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	Hora adicional/ano	8.112		
		4	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	Hora adicional/ano	5.616		
2	Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira	5	Valor Fixo Mensal (Veículo e Motorista)	Veículos/ano	15	Não	Sim
		6	Quilômetro Rodado	Quilômetro rodado/ano	360.000		
		7	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	Hora adicional/ano	4.680		
		8	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	Hora adicional/ano	3.240		
3	Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira	9	Valor Fixo Mensal (Veículo e Motorista)	Veículos/ano	16	Não	Sim
		10	Quilômetro Rodado	Quilômetro rodado/ano	384.000		
		11	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	Hora adicional/ano	4.992		
		12	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	Hora adicional/ano	3.456		

2.2. Será facultada a cada licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, podendo sagrar-se vencedora em quaisquer deles.

2.3. Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

2.3.1. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

- a)** atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
- b)** possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- b.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.
- b.2)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- c)** ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- d)** não estar em processo de falência;

3.2. NÃO é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- e) OSCIPs atuando nessa condição;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- h) sociedades cooperativas.

3.2.1. Também NÃO poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação para registro de preços e da execução dos contratos dela decorrentes, agente público da Secretaria Municipal de Gestão e dos órgãos ou entidades que realizem contratações decorrentes deste registro de preços, devendo ainda ser observadas as

situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.1.1. As vedações previstas na cláusula 3.2.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1. Será permitida nesta licitação a participação de consórcio de licitantes, observadas as seguintes normas:

- a)** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c)** impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- d)** responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- e)** em caso de inexistência de prévia constituição e registro do consórcio, esses deverão ser providenciados antes da formalização da Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido na cláusula 18.4 deste edital.

4.2. Em razão da formação do consórcio, basta que o líder tenha o seu cadastro perante o SICAF, em condições de participar eletronicamente do certame.

4.3. No consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira e a empresa líder será responsável por todas as providências que forem necessárias para atender a legislação em vigor.

4.4. O consórcio não poderá ter a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ou da(s) CONTRATANTE(s), após a extinção da Ata de Registro de Preços e durante a vigência do(s) contrato(s) dela decorrente(s).

4.5. O prazo de duração do consórcio deverá coincidir, no mínimo, com os prazos da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, inclusive seus aditivos e prorrogações;

4.6. Cada licitante consorciada deverá apresentar documentação comprobatória de sua habilitação, nos termos deste Edital.

5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico segeslicitacao@prefeitura.sp.gov.br.

5.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, segeslicitacao@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

6.1.1. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados na cláusula 6.1.1.a.

6.2. Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.4. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

6.5. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. Os valores orçados pela administração, na etapa de pesquisa de preços são os seguintes:



							VALORES ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PESQUISA DE PREÇOS	
Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSER	Unidade de medida	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira	1	Valor Fixo Mensal (Veículo e Motorista)	25089	Veículos/ano	26	R\$ 197.985,36	R\$ 5.147.619,36
		2	Quilômetro Rodado	25089	Quilômetro rodado/ano	624.000	R\$ 1,02	R\$ 636.480,00
		3	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	25089	Hora adicional/ano	8.112	R\$ 37,50	R\$ 304.200,00
		4	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	25089	Hora adicional/ano	5.616	R\$ 57,64	R\$ 323.706,24
Total do Lote 01								R\$ 6.412.005,60
2	Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira	5	Valor Fixo Mensal (Veículo e Motorista)	25089	Veículos/ano	15	R\$ 197.985,36	R\$ 2.969.780,40
		6	Quilômetro Rodado	25089	Quilômetro rodado/ano	360.000	R\$ 1,02	R\$ 367.200,00
		7	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	25089	Hora adicional/ano	4.680	R\$ 37,50	R\$ 175.500,00
		8	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	25089	Hora adicional/ano	3.240	R\$ 57,64	R\$ 186.753,60
Total do Lote 02								R\$ 3.699.234,00
3	Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira	9	Valor Fixo Mensal (Veículo e Motorista)	25089	Veículos/ano	16	R\$ 197.985,36	R\$ 3.167.765,76
		10	Quilômetro Rodado	25089	Quilômetro rodado/ano	384.000	R\$ 1,02	R\$ 391.680,00
		11	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	25089	Hora adicional/ano	4.992	R\$ 37,50	R\$ 187.200,00
		12	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	25089	Hora adicional/ano	3.456	R\$ 57,64	R\$ 199.203,84
Total do Lote 03								R\$ 3.945.849,60
Total Global da Licitação								R\$ 14.057.089,20

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura

da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;
- c) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a elas equiparada;
- d) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

8.3. A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, indicando a marca e o fabricante do produto.

8.4. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.5. A licitante é integralmente responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, considerando-se como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e declarações, inclusive aqueles praticados diretamente ou por seu representante. Fica excluída a responsabilidade do provedor do sistema, bem como do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.6. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.7. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame. Ressalta-se que o preço deverá ser ofertado com até duas casas decimais.

8.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

8.10. A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

8.11. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

9.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

9.3. Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

9.4. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

9.6. Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

10. ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

10.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.

10.3. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 0,20 (vinte centavos)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.4. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.5. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8. No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:

10.8.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as

condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.8.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.8.3. Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.8.4. Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.9. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.10.1. Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.

10.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.

10.11. Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a

negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

10.12. O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

10.13. Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

11.1. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

11.2. No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

11.3. Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.4. Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.4.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.5. Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12. JULGAMENTO

12.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por grupo, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

12.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

12.3. Nesta fase serão consultados os cadastros previstos no item 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

12.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

12.5. Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.

12.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

13. HABILITAÇÃO

13.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2. A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.3. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.3.1. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.3.2. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

13.3.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1. Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

g) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

13.5.3. Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais Demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios.

b.1) Serão considerados como na forma da Lei, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e Demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1.1) As empresas constituídas a menos de 2 (dois) anos poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios;

b.1.2) As empresas recém-constituídas no exercício financeiro da licitação (2026), que não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através da apresentação do Balanço de Abertura, nos termos do disposto no artigo 65 §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo a assinatura do representante legal da empresa e do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no livro diário, contendo os

termos de abertura e de encerramento, e este, necessariamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente;

b.1.3) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, em seu artigo 289, conforme redação dada pela Lei nº 13.818/19, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.1.4) As empresas desobrigadas a adotar a ECD - Escrituração Contábil Digital, assinaladas na Instrução Normativa RFB nº 2003/21 artigo 3º § 1º Incisos I ao V, e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício dos dois últimos exercícios sociais (assinados pelo contabilista e pelo titular ou representante legal da entidade), registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento;

b.1.5) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar a Escrituração Contábil Digital (ECD), deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício dos dois últimos exercícios sociais, nos termos do art. 5º § 3º Inciso I da Instrução Normativa (IN) da RFB nº 2142 de 26/05/2023.

c) A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO poderá, ALTERNATIVAMENTE, comprovar o Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) grupo(s) para o(s) qual(is) tenha apresentado proposta válida e figure como melhor classificada, que será aferido através da apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório.

d) Será considerada inabilitada a empresa que não atender aos índices exigidos no ANEXO e, alternativamente, também não comprovar o patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) grupo(s) para o(s)

qual(is) tenha apresentado proposta válida e figure como melhor classificada, nos termos o subitem c.

e) Para as empresas constituídas em regime de consórcio, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado e, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% sobre o Patrimônio Líquido para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

13.5.4. Qualificação técnica

13.5.4.1. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

13.5.4.1.1. Para os itens 1, 5 e 9 do objeto desta contratação, os quais dizem respeito à locação de veículos com motorista no âmbito de cada grupo da licitação, a comprovação de que trata o subitem acima deverá ser feita por meio de atestados ou certidões relativos a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação de serviços de locação de veículos com motorista, admitindo-se o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

b) Comprovação de que já executou contrato(s) de serviços de locação de veículos com motorista envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de veículos do respectivo item;

c) Caso a aplicação do percentual mínimo estabelecido na alínea "b" resulte em número fracionário, este será diminuído para o número inteiro imediatamente inferior.

13.5.4.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do Acórdão 2387/2014-TCU-Plenário;

13.5.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação;

13.5.4.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

13.5.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.5.4.1.6. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

13.5.4.2. Considerando que a presente licitação tem mais de um grupo em disputa e exigências de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativas, o fornecedor provisoriamente vencedor quanto a um grupo, que estiver competindo em relação a outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativamente, isto é, somando as exigências concernentes ao item em que venceu com aquelas que se referem ao item em que estiver competindo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.5.5. Outros Documentos de habilitação:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

13.5.5.1. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.6. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.6.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.6.3. Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.6.4. A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.6.5. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.5.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.6.5.2. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.6.6. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.6.7. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.8. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

13.7. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA – CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos__cobes/empresas_punidas/9255;

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

13.7.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

13.8. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.8.1. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

13.8.1.1. Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro da cláusula 2.1, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensão, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.8.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

13.8.3. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8.4. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Não haverá formação de cadastro reserva.

15. FASE RECURSAL

15.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação

ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

15.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

15.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. PREÇO E DOTAÇÃO

17.1. O preço a ser registrado será o ofertado pela licitante vencedora, a quem o objeto for adjudicado.

17.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título,

a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

17.3. Os critérios e condições para a revisão ou a repactuação do preço registrado estão previstos na Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo IV deste Edital).

17.4. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) pertinente(s) será (ão) onerada(s) por ocasião da formalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 95, § 2º, do Decreto nº 62.100/2022.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

18.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:

- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

18.2. Para a formalização da Ata de Registro de Preços, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.

18.2.1. Como condição à assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

18.3. A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor

de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

18.4. Caso a vencedora da licitação tenha se comprometido a constituir consórcio, deverá apresentar o termo de sua constituição e registro, nas condições previstas no compromisso de sua constituição, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da homologação da licitação.

18.4.1. No caso de consórcio, a convocação para assinatura da ARP ocorrerá após sua constituição e apresentação dos documentos pertinentes à SEGES/COBES, nos termos do item 18.4, desde que formalizada dentro do prazo ali estipulado. A convocação pelo Diário Oficial, no prazo previsto no item 18.1, irá ocorrer após a formação do consórcio, no prazo ali estipulado.

18.5. A Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

18.6. A Ata de Registro de Preços indicará a sua detentora, a descrição do objeto, suas quantidades, os preços registrados e os critérios para sua revisão ou reajustamento, as atribuições e obrigações das partes, as penalidades e demais condições do ajuste, conforme Minuta que integra o Anexo IV deste Edital.

18.7. O preço registrado, com a indicação da detentora da Ata, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

18.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

18.9. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

18.9.1. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão científicadas para participar da sessão pública.

18.9.2. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/e> <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Secretaria Municipal de Gestão (SEGES).

18.9.3. Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes que constituem o cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

18.9.4. Caso frustrada a providência descrita na cláusula 18.9.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

19. DOS CONTRATOS

19.1. A Ata de Registro de Preços disporá sobre as condições para a formalização dos contratos, conforme Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo IV deste Edital).

19.2. O contrato estabelecerá as regras atinentes à execução e recebimento do objeto, às condições de pagamento, à fiscalização e gestão do contrato, às obrigações das partes e às penalidades pelo seu descumprimento, conforme Minuta de Contrato (Anexo V deste Edital).

20. PENALIDADES

20.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

20.1.1. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

20.2. Ocorrendo recusa da adjudicatária em formalizar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa de 20% (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, se assinada fosse considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

20.2.1. Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 20.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

20.3. Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 20.2 à licitante que:

20.3.1. deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

20.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

20.3.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.3.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.3.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

20.3.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.3.3. ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

20.3.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.3.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.3.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.3.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.3.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.3.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.4. Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 20.2 e 20.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.5. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

20.6. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que

deverá ser dirigido a Sra. Coordenadora de COBES e deverão ser enviados pelo correio eletrônico SEGES_cobes@prefeitura.sp.gov.br.

20.6.1. Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

20.7. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

20.7.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.

20.8. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.9. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

21.4.1. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

21.5. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.6. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

21.7. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.8. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.8.2. Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: segelicitacao@prefeitura.sp.gov.br.

21.9. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro e ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

21.10. Integrarão a Ata de Registro de Preços a ser firmada, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.

21.11. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

21.12. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

21.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

21.15. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

21.16. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e serão divulgados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC-SP), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

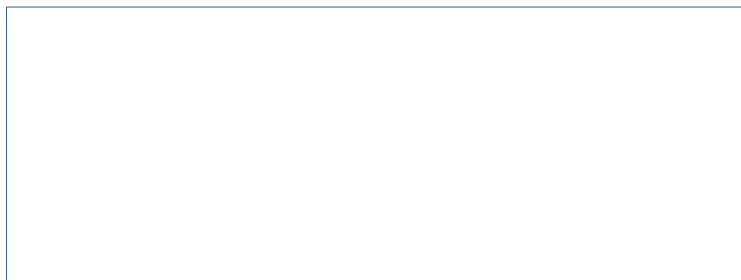
21.17. O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

21.18. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC-SP) (<https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>)

21.19. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.

21.20. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 04 de maio de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS (GRUPO C)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto da contratação

1.1. Registro de preços para contratação (ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos, classificados no Grupo C definido nos termos da legislação municipal, com até 24 (vinte e quatro) meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. Considera-se locação em caráter não eventual a locação de veículos para utilização em serviço público de natureza permanente ou de longa duração.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.2. Os serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista que constituem necessidade permanente do Contratante, e serão executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de modo que o veículo e o condutor estão em

disponibilidade integral para atendimento do órgão ou entidade, inclusive permanecendo no local da unidade.

Prazo de vigência

1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial da Cidade (DOC), podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência das partes, desde que o detentor haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações e que comprovado o preço vantajoso.

1.4. O prazo de vigência das contratações decorrentes da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

Subcontratação

1.5. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Instruções socioambientais específicas

1.6. A Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que estabeleceu a Política Municipal de Mudança do Clima, aponta estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos impactos da mudança do clima. Essa política, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) denominado *Aquecimento Global de 1,5°C* e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas, adotada pelo Município de São Paulo, nos termos da Lei nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, foram considerados na elaboração do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP), instituído pelo Decreto Municipal nº 60.289, de 3 de junho de 2021.

1.7. A Meta 20 da versão prévia da primeira revisão do PlanClima SP estabelece o compromisso de reduzir, até 2038, as emissões em relação aos níveis de 2016, em

100% para CO₂ fóssil, 95% para material particulado (MP) e óxidos de nitrogênio (NOx) para cada uma das diferentes frotas públicas no Município de São Paulo, incluindo os

1.8. veículos utilizados por prestadores de serviço contratados pela Prefeitura. Como meio para a concretização da referida Meta, a ação estratégica 20.5 prevê que os novos contratos de transporte firmados pela Administração Pública Direta e Indireta deverão exigir que a frota utilizada seja composta por veículos com emissão zero, seguindo o cronograma de escalonamento: no mínimo 30% até 2028, 70% até 2032, atingindo 100% da frota até 2038.

1.9. Nesse contexto, considerando a Meta 20 do PlanClima SP, em especial a ação estratégica 20.5, foram adotados, para o presente objeto, veículos com propulsão elétrica dedicada, cuja fonte energética provém da eletricidade, armazenada em uma bateria interna.

Instruções gerais

1.10. O presente instrumento tem como referência o Volume 16 do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados – CadTerc (versão agosto/2024), do Governo do Estado de São Paulo, com adaptações inerentes à eletromobilidade, além daquelas necessárias para atender aos atos normativos pertinentes do Município de São Paulo e às peculiaridades dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em consonância com o parágrafo único do artigo 17 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022.

1.11. Os serviços de transporte contratados pela forma de locação de veículos, bem como as medidas de controle e a fiscalização de seu uso, estão regulamentados pelos Decretos Municipais nº 29.431, de 14 de dezembro de 1990, e nº 63.424, de 23 de maio de 2024, pela Portaria SEGES nº 03, de 08 de janeiro de 2026, e por outras normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Gestão.

1.12. A presente contratação contempla o regime de prestação de serviços na jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e frequência semanal de 2ª a 6ª feira.

1.13. A contratação será dividida em três grupos, denominados G1, G2 e G3, formados por quatro itens cada, conforme tabela abaixo.

Modalidade	Jornada de trabalho	Frequência	Grupo da contratação	Veículos/Ano	Órgãos participantes
Com condutor e com recarga	44 horas semanais	2ª a 6ª feira	G1	26	10
			G2	15	7
			G3	16	4

1.13.1. Faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

Siglas e definições

1.14. Para fins deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes siglas e definições:

1.14.1. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

1.14.2. NBR: Norma Brasileira Regulamentadora;

1.14.3. Inmetro: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;

1.14.4. PBEV: Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, coordenado pelo Inmetro;

1.14.5. IEC: Comissão Eletrotécnica Internacional, do inglês *International Electrotechnical Commission*;

1.14.6. Veículo elétrico a bateria (VEB, do inglês *BEV – Battery Electric Vehicle*): veículo rodoviário eletricamente propelido que utiliza apenas bateria como fonte de energia para sua propulsão;

1.14.7. Autonomia: distância total e contínua que um VEB percorre até o esgotamento total da bateria, ou seja, conforme ensaio com carga completa. No Brasil, é calculada de acordo com o padrão PBEV e utilizada como referência para possibilitar a comparação entre veículos. A autonomia declarada no PBEV é ajustada para refletir o uso cotidiano, sendo expressa em quilometragem por litro equivalente (km/l_{eq}), com o objetivo de aproximar os valores obtidos em laboratório das condições reais de uso nas ruas;

1.14.8. Estado de carga (do inglês *SoC – State of Charge*): indicador, expresso em percentual, da quantidade de energia utilizável restante em uma bateria em relação à sua capacidade utilizável máxima. Em veículos elétricos, funciona como referência do nível de carga disponível, permitindo estimar a autonomia e a necessidade de recarga;

1.14.9. Reserva técnica: refere-se à margem de segurança do estado de carga de uma bateria de tração que não deve ser acessada durante a operação rotineira do veículo. Essa reserva é indicada tanto para garantir que os motoristas possam chegar aos pontos de carregamento com segurança como para preservar a saúde da bateria e evitar uma rápida degradação;

1.14.10. Corrente alternada (CA): tipo de corrente elétrica que tem sua polaridade invertida em intervalos regulares;

1.14.11. Corrente contínua (CC): tipo de corrente elétrica que tem sua polaridade definida, com fluxo de energia de sentido constante;

1.14.12. Modos de recarga: método que permite conectar o veículo elétrico à rede de alimentação para fornecer energia elétrica ao veículo. De acordo com a norma ABNT NBR IEC 61851-1, existem quatro modos de recarga;

1.14.13. Modo de recarga 2: método que permite a conexão de um veículo elétrico a uma tomada normalizada de uma rede de alimentação em CA utilizando um sistema de alimentação em CA para veículo elétrico equipado com um cabo e um plugue, com função-piloto de comando e sistema de proteção das pessoas contra choques elétricos colocados entre o plugue normalizado e o veículo;

1.14.14. IC-CPD: Dispositivo de Controle e Proteção Integrado no Cabo, do inglês *In-Cable Control and Protection Device*, destinado para alimentar os veículos elétricos no modo de recarga 2 e que realiza as funções de controle e de segurança, cuja especificação se dá através da IEC 62752;

1.14.15. Estação de recarga: conjunto de softwares e equipamentos utilizados para o fornecimento de CA ou CC ao veículo elétrico, instalado em um ou mais invólucros, com funções especiais de controle e de comunicação, e localizados fora do veículo;

1.14.16. Local público: corresponde a uma estação de recarga instalada em via pública, acessível a qualquer interessado;

1.14.17. Local semipúblico: corresponde a uma estação de recarga instalada em propriedade privada, acessível a qualquer interessado, porém com controle de entrada a critério do proprietário;

1.14.18. Local privado: corresponde a uma estação de recarga instalada em um imóvel particular restrito ao proprietário ou a quem tiver autorização do mesmo para entrar;

1.14.19. Conector Tipo 2 (T2): conector normatizado pela IEC, conforme a norma IEC 62196, adotada pela ABNT por meio da norma ABNT NBR IEC 62196. Permite o carregamento em CA e, atualmente, é o padrão mais utilizado no país para o carregamento de veículos eletrificados em CA, sendo compatível com a maioria dos VEBs;

1.14.20. Sistema de carregamento combinado Tipo 2 (CCS2): evolução do conector Tipo 2, permite o carregamento de VEB tanto em CA quanto em CC, combinando dois pinos dispostos abaixo do conector Tipo 2.

Classificação e características dos veículos

1.15. A classificação dos veículos a serem utilizados na prestação dos serviços segue a nomenclatura definida nos termos do Decreto Municipal nº 29.431, de 1990, com suas alterações posteriores.

1.15.1. **Grupo C (elétrico):** veículos com as seguintes características: tipo sedã ou *hatchback*, elétrico a bateria (BEV), cor branca, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) pessoas, bateria com capacidade mínima de 27,5 kWh (vinte e sete vírgula cinco quilowatts-hora), autonomia mínima de 220 km (duzentos e vinte quilômetros) no padrão PBEV do Inmetro e interfaces de carregamento em corrente alternada (CA), prioritariamente padrão Tipo 2 (T2), e em corrente contínua (CC), prioritariamente padrão CCS Tipo 2 (CCS2);

1.15.2. **Acessórios:** os veículos deverão ser dotados, no mínimo, de rádio AM/FM, conexão *bluetooth*, entrada USB, GPS portátil ou integrado (sistema de navegação) ou,

alternativamente, sistema de espelhamento que permita emparelhar a tela de um dispositivo móvel diretamente no sistema de infoentretenimento do veículo, controle eletrônico de estabilidade, sistema de freios regenerativos, ar-condicionado, direção elétrica, vidros elétricos dianteiros, alarme antifurto, airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS, hodômetro parcial e sistema de monitoramento e rastreamento veicular via satélite homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

1.15.2.1. Durante a locação de veículo em que o sistema de navegação for disponibilizado por meio de espelhamento de tela, na forma prevista no subitem 1.14.2, a Contratada deverá fornecer ao motorista, sem qualquer ônus, telefone celular compatível com o sistema de espelhamento do veículo e respectivo plano de dados móveis, ambos com capacidade suficiente para permitir o uso regular e contínuo de aplicativos de navegação.

1.15.3. **Adaptadores e cabos de carregamento:** junto de cada veículo deverão ser fornecidos, no mínimo, os seguintes itens, sendo os adaptadores exigidos conforme as interfaces de carregamento do veículo:

1.15.3.1. Na hipótese de o veículo não possuir interface de carregamento padrão CCS2: adaptador de corrente contínua do tipo CCS2 para a correspondente entrada de carregamento em CC do veículo, homologado pelo fabricante do veículo e que atenda às normas aplicáveis da ABNT e, nos pontos em que esta for omissa, às da IEC;

1.15.3.2. Na hipótese de o veículo não possuir interface de carregamento padrão T2: adaptador de corrente alternada Tipo 2 para a correspondente entrada de carregamento em CA do veículo, homologado pelo fabricante do veículo e que atenda às normas aplicáveis da ABNT e, nos pontos em que esta for omissa, às da IEC;

1.15.3.3. Carregador portátil para carregamento em modo 2, em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 61851-1, equipado com dispositivo de controle de proteção integrado no cabo (IC-CPD), conforme a IEC 62752 ou norma ABNT equivalente, e dotado de plugue de recarga compatível com a entrada de carregamento em CA do veículo e de plugue de alimentação compatível com a tomada padrão ABNT NBR 14136 de 20 A (vinte amperes). Observados esses requisitos, será

admitido o equipamento original do veículo, se disponibilizado pela montadora ou por sua rede autorizada, bem como aquele fornecido por qualquer delas, ou, alternativamente, outro carregador portátil que atenda, ainda, às seguintes especificações técnicas complementares:

- a) grau de proteção IP54 ou superior;
- b) bivolt ou 220 V AC (volts em corrente alternada);
- c) corrente de saída ajustável, de modo a corresponder à capacidade de corrente da instalação elétrica no ponto de conexão, ou, alternativamente, corrente máxima de saída não superior a 16 A (dezesseis amperes). No caso de corrente ajustável, o equipamento deverá dispor das opções de configuração em 10 A (dez amperes) e em 16 A (dezesseis amperes), a exemplo da sequência de ajuste 6 A → 10 A → 16 A → 20 A; e
- d) proteção múltipla integrada, de modo a proteger o usuário e evitar danos na rede elétrica e no veículo, incluindo ao menos proteções contra sobrecorrente, sobretensão, subtensão, sobretemperatura, fuga de corrente e falha de aterramento.

1.15.4. Os adaptadores, quando exigíveis, e o carregador portátil deverão estar em perfeitas condições de uso e conservação, devendo os danificados ser substituídos pela Contratada, às suas expensas, em até 48 (quarenta e oito) horas.

Indicação de marcas e modelos (art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.16. Para melhor compreensão do veículo elétrico especificado, são identificadas as seguintes marcas e modelos, aptos a servir apenas como referência, sendo admitidos veículos de outras marcas ou modelos, desde que atendam às especificações constantes neste Termo de Referência e que observem, quando da disponibilização, os limites máximos de idade e quilometragem previstos no item 3.22.



Marca	Modelo	Versão(ões)
BYD	Dolphin Mini 5 lugares	GL5 / GL GS5 / GS
	Dolphin	GS 180 / GS Plus 310 / Plus
	Seal	AWD GS 590 / GS
GAC	AION ES	Plus
Geely	EX2	Max Pro
GWM	Ora 03	BEV 58 GT BEV 63 Skin BEV 48
MG	MG4	Comfort Luxury AWD
Peugeot	e-208	GT
Renault	Megane	E-Tech

1.16.1. A versão específica do veículo correspondente à marca e ao modelo informados pela licitante na proposta, bem como aquela eventualmente disponibilizada na renovação da frota durante a execução contratual, deverá atender integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo suficiente a correspondência apenas quanto à marca ou ao modelo indicados como referência na tabela do subitem anterior.

Documentação complementar

1.17. Por ocasião da licitação, o licitante mais bem classificado no âmbito de cada grupo deverá apresentar catálogo ou ficha técnica dos veículos a serem utilizados na prestação dos serviços.

Da adesão à ata de registro de preços

1.18. Durante a vigência da ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;
- b) Conformidade com os limites e as regras estabelecidos nos artigos 110 e 111 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022; e
- c) Consulta e aceitação prévias do Órgão Gerenciador e do detentor da ata.

1.19. Além dos requisitos gerais para a adesão à ata, os órgãos da Administração Direta poderão aderir-la, na qualidade de não participante, mediante prévia manifestação da Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços, da Secretaria Municipal de Gestão, para ciência, análise da quantidade pretendida em face do número fixado no Anexo Único da Portaria SEGES nº 03, de 2026, ou da que vier a substituí-la, e eventual correção do enquadramento da contratação nas condições estabelecidas nos atos normativos aplicáveis (art. 40, inciso VII, do Decreto Municipal nº 62.208, de 28 de fevereiro de 2023, c/c, art. 6º da Portaria SEGES nº 03, de 2026).

1.20. Os órgãos participantes que requisitarem quantitativos superiores aos registrados na ata também deverão observar, no que couber, as disposições previstas nas alíneas “b” e “c” do item 1.17 e no item 1.18.

1.21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a celebrar contratações deles decorrentes, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada (art. 83 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

2. QUANTITATIVOS

2.1. A quantidade de veículos do Grupo C contratados na forma de locação, no âmbito da Administração Direta do Município de São Paulo, é fixada pelo Anexo Único da Portaria SEGES nº 03, de 2026, que disciplina sobre as contratações de serviços de transporte.

2.2. Complementarmente, os quantitativos desta contratação foram estabelecidos por meio de intenção de registro de preço, resultando na quantidade de veículos locados com motorista indicada nos itens 1, 5 e 9 da tabela abaixo:

Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSE R	Unidade de medida	Quant. anual
G1	Locação de veículos - Grupo C (Elétrico) - com condutor e com recarga - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	1	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	26
		2	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	624.000
		3	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	8.112
		4	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	5.616
G2	Locação de veículos - Grupo C (Elétrico) - com condutor e com recarga - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	5	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	15
		6	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	360.000
		7	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	4.680
		8	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	3.240
G3	Locação de veículos	9	Valor Fixo (veículo e	25089	Veículo/Ano	16



Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSE R	Unidade de medida	Quant. anual
	- Grupo C (Elétrico) - com condutor e com recarga - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira		motorista)			
		10	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	384.000
		11	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	4.992
		12	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	3.456

2.2.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição ou unidade de fornecimento do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Condições de execução

3.1. A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização de veículos do Grupo C, conforme especificado no Decreto Municipal nº 29.431, de 1990 e alterações.

3.2. Os veículos disponibilizados com observância das especificações deste instrumento deverão ter até 24 (vinte e quatro) meses a contar do primeiro licenciamento, no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados e corresponder ao ano/modelo indicado na planilha da proposta quando da assinatura do contrato.

3.3. A Contratada somente poderá iniciar a execução dos serviços, quando autorizado por escrito pelo Contratante, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene.

3.4. Os veículos deverão ser de propriedade da Contratada ou estar sob sua posse em decorrência de *leasing* ou outro meio legal, devendo a respectiva documentação comprobatória ser apresentada por ocasião do início dos serviços.

3.5. Os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo CONTRAN, pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) e pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

3.6. Os veículos deverão ter sistema de monitoramento e rastreamento veicular via satélite, visando a ampliar as condições de transparência e controle social no que tange à utilização de bens e geração de despesas, em atendimento à Lei Municipal nº 17.273, de 14 de janeiro de 2020, seguindo as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.7. Os veículos locados deverão ser entregues com nível de carga da bateria de tração não inferior a 80% (oitenta por cento).

3.8. Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na ficha de vistoria todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega.

3.9. Os veículos locados serão identificados pela Contratada, sem qualquer ônus adicional, mediante afixação, nas portas dianteiras, do logotipo do respectivo Contratante e, nas portas traseiras, da expressão “VEÍCULO ELÉTRICO”, por meio de adesivo ou manta magnética, conforme opção de cada órgão ou entidade contratante.

3.9.1. A expressão “VEÍCULO ELÉTRICO” observará a arte e as especificações padronizadas pela Secretaria Municipal de Gestão, nos termos do Anexo C deste Termo de Referência, as quais serão disponibilizadas aos órgãos e entidades contratantes, inclusive o respectivo arquivo digital;

3.9.2. O Contratante fornecerá à Contratada o arquivo digital do logotipo do órgão/entidade e as respectivas especificações de sua aplicação, bem como o arquivo digital da arte padrão da expressão “VEÍCULO ELÉTRICO”, conforme disposto no Anexo C deste Termo de Referência.

3.10. O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e), durante o período de locação, atenderão às exigências administrativas pertinentes.

3.11. Os veículos elétricos estão isentos da proibição de circulação fixada pelo Rodízio Municipal (Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores), no âmbito do Município de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº 15.997, de 27 de maio de 2014, e do artigo 3º, inciso IX, alínea “a”, do Decreto Municipal nº 58.584, de 20 de dezembro de 2018.

3.11.1. Caso, ao longo da vigência contratual, seja extinta a isenção de que trata o subitem anterior:

3.11.1.1 Nas substituições de veículos subsequentes à data em que a isenção deixar de produzir efeitos, realizadas nos termos do item 3.22, a Contratada deverá disponibilizar os veículos substitutos com dígito final de placa que promova, progressivamente e na medida das substituições efetuadas, a distribuição equilibrada da frota entre os dias de Rodízio Municipal;

3.11.1.2 Havendo atividades técnico-operacionais que demandem a utilização de veículo em dia e período nos quais esteja restrito de circular por conta do dígito final de sua placa, e não sendo o mecanismo previsto no subitem anterior suficiente para minimizar a interrupção de uso da frota na proporção necessária, poderá o Contratante, mediante justificativa, solicitar à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e ao DETRAN-SP, por meio de ofício, a isenção do Rodízio Municipal, considerando a competência fiscalizatória concorrente entre ambos os órgãos, conforme disposto no artigo 24-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), incluído pela Lei Federal nº 14.599, de 19 de junho de 2023;

3.11.1.3 O indeferimento, total ou parcial, da solicitação por qualquer dos órgãos mencionados no subitem anterior não afasta a obrigação da Contratada de cumprir o disposto no subitem 3.11.1.1.

3.12. A Contratada deverá disponibilizar os veículos em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da ordem de início dos serviços expedida pelo respectivo Contratante, podendo a referida disponibilização ser efetivada de forma parcelada, desde que ocorra em sua totalidade dentro deste período.

3.12.1. O prazo de que trata o subitem acima poderá ser prorrogado, por até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo fixado, sob alegação de motivo justo, que poderá ser aceito ou não pelo Contratante.

3.13. A Contratada deverá assegurar as condições necessárias para que os veículos sejam lavados e higienizados, às suas expensas, nas frequências e condições estabelecidas neste instrumento, dispondo de meios próprios ou subcontratados para essa finalidade.

3.14. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais com vistas ao aprimoramento, à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

3.15. Durante a vigência do contrato, é vedado à Contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Locais, escalas e horários da prestação dos serviços

3.16. Os serviços serão prestados pela Contratada nos locais discriminados por cada Contratante, respeitada a escala de trabalho de 44 horas semanais, de 2ª a 6ª feira, prevista para os três grupos da contratação.

Jornada de trabalho	Frequência	Grupo da contratação	Veículos/Ano	Órgãos participantes
44 horas semanais	2ª a 6ª feira	G1	26	10
		G2	15	7

Jornada de trabalho	Frequência	Grupo da contratação	Veículos/Ano	Órgãos participantes
		G3	16	4

3.16.1. Os horários de início dos serviços serão definidos por cada Contratante, de acordo com suas necessidades e peculiaridades.

3.17. O Anexo I/B deste Termo de Referência relaciona, para fins meramente referenciais, os possíveis locais de apresentação dos motoristas por órgão participante de cada grupo, sem caráter exaustivo.

3.17.1. Na etapa de planejamento da contratação, consulta realizada à plataforma *PlugShare* indicava a presença de estações de recarga públicas e semipúblicas com conectores Tipo 2 e CCS2 nas imediações dos locais relacionados no Anexo I/B.

3.17.1.1 Considerando o modelo colaborativo da plataforma *PlugShare*, cuja base de dados é alimentada por redes de recarga parceiras e por usuários, o que a torna suscetível a imprecisões, dados desatualizados ou cadastros incorretos, a informação do subitem anterior não implica qualquer garantia da Administração quanto à existência, à disponibilidade, ao funcionamento, à suficiência ou às condições de acesso e uso das estações nela cadastradas.

3.17.1.2 Caberá à Contratada, por sua conta e responsabilidade exclusiva, definir a estratégia de recarga adequada ao tamanho da frota e implementar adequadamente o planejamento operacional dos veículos e a infraestrutura necessária para a execução das recargas.

3.17.2. Em função das necessidades técnico-operacionais de cada órgão ou entidade, os locais relacionados no Anexo I/B poderão ser alterados pelo respectivo Contratante, por ocasião da formalização da contratação, caso venha a ocorrer, ou durante a execução contratual, observados os limites do Município de São Paulo.

3.17.2.1 Na hipótese do subitem anterior, subsiste a obrigação da Contratada de cumprir o disposto no subitem 3.17.1.2, independentemente da presença de estações de recarga públicas ou semipúblicas nas imediações do novo local.

Horas adicionais

3.18. Frente à existência de atividades ou encargos inerentes ao serviço público, fica previsto que a execução dos serviços de transporte mediante locação de veículos com condutor poderá ocorrer, quando necessário e mediante requisição prévia do Contratante, fora das jornadas regulares, inclusive nos feriados e aos sábados e domingos.

3.19. A duração diária do trabalho de cada empregado envolvido na prestação dos serviços poderá ser acrescida de horas adicionais, em número não excedente de 2 (duas) horas diárias, não podendo ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas diárias de trabalho.

3.20. Nos dias normais de trabalho, as horas adicionais serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

3.21. O trabalho realizado em domingos e feriados será pago com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

Da renovação da frota

3.22. Os veículos deverão ser substituídos de imediato e de forma automática por veículos nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 36 (trinta e seis) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento, ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados no hodômetro (o que ocorrer primeiro).

Do desenvolvimento dos serviços

3.23. Os serviços serão prestados nos locais, nas quantidades e nas frequências fixadas por cada Contratante, devendo a Contratada ter disponibilidade para remanejamentos, quando por ele solicitados, em qualquer região no âmbito do Município de São Paulo.

3.24. A prestação dos serviços nos locais e horários fixados por cada Contratante envolve veículos adequados e mão de obra capacitada para sua perfeita execução.

3.25. O horário de apresentação do condutor e do veículo no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 15 (quinze) minutos ao horário programado.

3.26. Os itinerários e os horários predeterminados somente poderão ser alterados em comum acordo com o Contratante e sempre que for necessário, em decorrência de necessidade de recargas emergenciais, obras, impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido do tráfego.

3.27. O condutor e os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo CONTRAN, pela SENATRAN e pelo DETRAN.

3.28. O condutor deverá assumir diariamente o veículo devidamente uniformizado, portando crachá de identificação individual, com aparência pessoal adequada, e estar capacitado para:

- a) Comparecer, imediatamente, sempre que convocado, ao local designado pelo Contratante, para exame e esclarecimento de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;
- b) Portar o telefone celular fornecido pela Contratada;
- c) Manter no interior do veículo Sistema de Posicionamento Global (GPS) e não interferir no funcionamento dos equipamentos de rastreamento;
- d) Dirigir corretamente o veículo observando as disposições estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro e em normas e regulamentos internos e locais, zelando pela sua segurança, a do(s) passageiro(s) e, em especial, a dos pedestres, considerando o funcionamento silencioso característico dos veículos elétricos, que pode dificultar a percepção de sua aproximação;
- e) Zelar pelo veículo, inclusive cuidar das ferramentas, pneus, acessórios e documentação;
- f) Não fumar no interior do veículo, estando ele parado ou em movimento;
- g) Não utilizar o veículo locado para uso particular, nem permitir que usuários o façam;
- h) Não estacionar nem abandonar o veículo locado diante de lugares impróprios ou em locais que coloquem este em risco. Em dias de alta temperatura, buscar,

sempre que possível, estacioná-lo em local sombreado ou coberto, evitando a exposição ao calor e à luz solar direta;

- i) Usar e exigir do(s) passageiro(s) o uso do cinto de segurança, evitando multas;
- j) Inspecionar o veículo antes do início do deslocamento e durante o percurso, para certificar-se de suas condições de funcionamento, informando imediatamente à fiscalização do Contratante a existência de qualquer irregularidade ou defeito constatado que demande a necessidade de manutenção, com o objetivo de evitar o cometimento de infração de trânsito;
- k) Adotar os hábitos de condução recomendados pelas respectivas montadoras, visando a otimizar a autonomia do veículo, aumentar a eficiência energética da bateria de tração e prolongar sua vida útil;
- l) Monitorar o estado de carga da bateria, mantendo uma reserva técnica, conforme recomendado pelo fabricante, para garantir que o veículo chegue ao ponto de carregamento com segurança e que a saúde da bateria seja preservada;
- m) Acondicionar o carregador portátil e os eventuais adaptadores no porta-malas do veículo durante o deslocamento, de acordo com as recomendações do respectivo fabricante, mantendo-os em local limpo, seco e seguro, protegidos da umidade e de impactos fortes;
- n) Efetuar a recarga do veículo em conformidade com a estratégia de recarga definida pela Contratada, com as instruções de carregamento da respectiva montadora e com as instruções de operação afixadas ou exibidas na estação de recarga utilizada;
- o) Utilizar o carregador portátil para recargas emergenciais ou em locais que não disponham de estação de recarga fixa, vedada sua utilização nas instalações do Contratante, com observância das informações de segurança e instruções de uso do fabricante, não sendo permitido manter o equipamento no interior ou sob a estrutura do veículo durante o carregamento. Não utilizar extensões elétricas com tomadas múltiplas ou adaptadores múltiplos, como “adaptador tipo T”, “benjamin” ou dispositivos similares;

- p) Observar que os veículos contratados deverão ser devidamente carregados pela Contratada por meio de equipamentos e estações de recarga padronizados, mediante a utilização, sempre que necessário, de cartões, aplicativos ou sistemas próprios de cada operadora de estação de recarga;
- q) Contatar diariamente o fiscal do Contratante, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado da prestação dos serviços;
- r) Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente por cada Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;
- s) Manter registro de todas as ocorrências, verificando-as no transcorrer do período de execução dos serviços e comunicando-as posteriormente ao Contratante;
- t) Controlar as requisições de serviços de transporte recebidas dos diversos departamentos de cada Contratante;
- u) Observar que, excepcionalmente, poderá haver solicitação de serviços fora dos dias e horários estabelecidos, mediante requisição prévia do Contratante. Neste caso, as horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos serão remuneradas como adicionais.

3.29. O uniforme do condutor deverá seguir o padrão da Contratada. Caso não haja um padrão específico, deverá conter, preferencialmente, calça social na cor azul-marinho, camisa social branca com logotipo da Contratada no bolso, sapato de cor preta e blusa de lã acrílica na cor azul-marinho.

3.30. O crachá de identificação deverá conter nome da Contratada, número de registro, função e fotografia do empregado portador.

3.31. Os serviços poderão ser executados fora dos limites do Município de São Paulo, tendo como locais de saídas ou disponibilidade e destino os endereços indicados por cada Contratante.

3.31.1. A execução dos serviços fora dos limites do Município de São Paulo dependerá de autorização prévia e escrita do titular, da Chefia de Gabinete ou autoridade equiparada de cada órgão ou entidade contratante (art. 40 do Decreto Municipal nº 29.431, de 1990, c/c art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024).

Da guarda e da recarga dos veículos elétricos locados

3.32. Caberá à Contratada, por sua conta e responsabilidade exclusiva, definir a estratégia de recarga adequada ao tamanho da frota e implementar adequadamente o planejamento operacional dos veículos e a infraestrutura necessária para a execução das recargas.

3.33. A guarda dos veículos locados ficará a cargo da Contratada, que deverá garantir as instalações para essa finalidade e assegurar que os veículos estejam disponíveis no local da unidade, até o início de cada período de prestação dos serviços (exceto na entrega inicial), com pelo menos 65% (sessenta e cinco por cento) do nível de carga da bateria de tração, sem prejuízo do disposto no item 3.25.

3.34. As recargas intermediárias, assim consideradas aquelas realizadas ao longo do deslocamento ou enquanto o veículo está à disposição do Contratante, deverão ser efetuadas com planejamento, conforme estratégia de recarga definida pela Contratada, de maneira a não interferir nos itinerários e horários predeterminados e assegurar a manutenção de nível de carga compatível com a execução regular e contínua dos serviços.

3.35. Os veículos elétricos contratados deverão ser carregados somente por meio de equipamentos e estações de recarga projetados, instalados e mantidos em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT e dos órgãos oficiais competentes, as normas de segurança aplicáveis e as boas práticas de engenharia e manutenção preventiva, mediante a utilização, sempre que necessário, de cartões, aplicativos ou sistemas próprios de cada operadora de estação de recarga;

3.36. Não será permitida a utilização das instalações do Contratante para recarga dos veículos elétricos.

3.37. Os custos relativos à guarda e à recarga dos veículos elétricos serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, não cabendo ao Contratante qualquer ônus a esse título.

Da lavagem e higienização dos veículos

3.38. Os veículos deverão receber lavagem completa semanalmente e higienização interna semestralmente, salvo em situações excepcionais que justifiquem intervalos menores, com a anuência das partes.

3.39. A Contratada deverá providenciar, por meios próprios ou subcontratados, a lavagem e higienização dos veículos, arcando com as respectivas despesas, de modo que a execução desses serviços, quanto a locais e horários, não prejudique a utilização dos veículos pelo Contratante.

Da manutenção

3.40. Todos os veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante.

3.41. A Contratada deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado.

3.42. A Contratada terá de substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do Estado e na Região Metropolitana de São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do Estado. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade, apresentando documentação que a fundamente.

3.43. A Contratada obriga-se a arcar com as despesas relativas à troca de óleo, lubrificantes, fluidos, líquidos de arrefecimento, filtros e demais suprimentos necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

Da manutenção preventiva

3.44. A responsabilidade pela manutenção preventiva dos veículos objeto da contratação será da Contratada, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do manual do proprietário de cada veículo.

Da manutenção corretiva

3.45. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária, para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra dele.

3.46. A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra roubo, furto, colisão, incêndio, danos materiais e pessoais, inclusive danos a terceiros, e para caso de destruição parcial ou total do bem, incluindo o pagamento da franquia.

3.46.1. O seguro com cobertura total de que trata o subitem anterior deverá ter os seguintes valores mínimos de cobertura:

- a) Cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo e furto): 100% (cem por cento) do valor do veículo na Tabela Fipe;
- b) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V Danos materiais): R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V Danos corporais): R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d) Seguro de Acidente Pessoal de Passageiro (APP): R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por passageiro;
- e) Reboque 24 (vinte e quatro) horas: quilometragem livre.

3.47. A Contratada deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos locados, desobrigando o Contratante de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro de que trata o item anterior.

Do monitoramento e rastreamento dos veículos

3.48. Os veículos deverão possuir sistema de monitoramento e rastreamento via satélite, integrado a plataforma *web*, com acesso exclusivo mediante *login* e senha pelos servidores do Contratante e do Órgão Gerenciador da ata de registro de preços.

3.49. O sistema deverá permitir, no mínimo:

- a) Visualização da posição geográfica em tempo real dos veículos em mapa cartográfico digital que delimite quadras e logradouros e abranja, pelo menos, a Região Metropolitana de São Paulo;
- b) Visualização, em mapa cartográfico digital, do histórico de posições geográficas recebidas pelos rastreadores dos veículos, com possibilidade de realização de filtros por placa de veículo, data e horário;
- c) Extração dos dados em tabelas nos formatos CSV, XLS, XLSX ou ODS, contendo cada posição geográfica recebida dos rastreadores, com possibilidade de identificar a placa do veículo, o motorista, a data e hora do registro da posição pelo rastreador e o endereço completo da posição do veículo naquele registro, incluindo CEP, bem como o estado da ignição;
- d) Emissão de relatório com a quilometragem percorrida pelos veículos, com possibilidade de realização de filtros por placa de veículo, data e horário.

3.50. É terminantemente proibida a prática de desligamento dos equipamentos de rastreamento dos veículos durante o período em que se encontram a serviço da Prefeitura do Município de São Paulo, estando a empresa sujeita a penalidades em caso de ocorrência.

Relatórios

3.51. No final de cada mês, a Contratada deverá fornecer, exclusivamente em meio eletrônico, relatórios individuais por veículo, contendo o detalhamento de cada viagem realizada no período, com, no mínimo, os seguintes dados obtidos pelo rastreamento:

- a) Endereço completo de origem e destino, horários de saída e de chegada de cada veículo, e as respectivas quilometragens;

b) Quilometragem rodada mensal.

3.52. Outras informações complementares necessárias que a Contratada deverá fornecer no final de cada mês, sempre em meio eletrônico, são:

a) Relatórios de atendimento com identificação do motorista e do usuário, finalidade, tempo de utilização e quilometragem rodada;

b) Relatório mensal de recargas por veículo, contendo o estado da carga inicial e final (em percentual), o tempo de carregamento, a identificação do local ou da estação de recarga (nome e endereço) e, quando aplicável, o tipo de acesso ao local da estação (público, semipúblico ou privado);

c) Relatório mensal de horas diárias de prestação de serviços por motorista, discriminando as horas normais e adicionais;

d) Relatório de manutenção preventiva, indicando a intervenção realizada em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;

e) Relatórios de ocorrências no mês, indicando os veículos parados por problemas de manutenção.

3.53. Quando as informações do item 3.52 forem originalmente registradas em meio físico, a Contratada deverá lançá-las em meio eletrônico e encaminhar as cópias digitalizadas dos originais juntamente com o respectivo relatório eletrônico.

Supervisão

3.54. Tratando-se da prestação de serviços de locação de veículos com condutor, a Contratada deverá designar, sem qualquer ônus adicional, preposto para a realização da supervisão dos serviços, não podendo tal atividade recair sobre nenhum dos motoristas, devendo atuar em consonância com as especificações técnicas deste instrumento, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais relacionadas à contratação, tais como:

a) Orientação e supervisão dos motoristas;

b) Elaboração da programação de horários de motoristas para atendimentos das requisições de serviços;

- c) Controle de manutenção e limpeza dos veículos;
- d) Controle de frequência dos motoristas;
- e) Controle das requisições de viagens, em consonância com diretrizes do gestor do contrato designado pelo Contratante; e
- f) Emissão de relatórios gerenciais contendo a consolidação das informações dos itens 3.51 e 3.52, devendo ser elaborados exclusivamente em meio eletrônico.

4. DAS VEDAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Na prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos do Grupo C, é vedado:

- a) utilizar qualquer veículo para condução de agentes públicos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa (art. 9º, I, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024);
- b) utilizar o serviço de transporte individual para fins particulares dos agentes públicos ou a prestação de serviços de transporte por agentes públicos ou seus veículos à Prefeitura Municipal de São Paulo (art. 9º, II, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024);
- c) transportar pessoas estranhas à Prefeitura do Município de São Paulo, exceto, em casos excepcionais, nas hipóteses em que a necessidade de serviço ou do interesse público assim recomendar, mediante justificativa da unidade interessada e autorização da Chefia de Gabinete ou autoridade equiparada de cada órgão ou entidade contratante (art. 9º, III, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024);
- d) ultrapassar os limites do Município de São Paulo, sem a ciência e concordância do titular, da Chefia de Gabinete ou autoridade equiparada de cada órgão/entidade contratante (art. 40 do Decreto Municipal nº 29.431, de 1990, c/c art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024).

4.2. Fica reservada à Secretaria Municipal de Gestão a atribuição de fixar, mediante portaria, outras vedações de utilização do serviço, no âmbito de sua competência,

conforme disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024.

5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações e responsabilidades contratuais, das decorrentes de lei e de normas regulamentares, são obrigações e responsabilidades da Contratada:

5.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.2. Disponibilizar os veículos após o recebimento da autorização de início dos serviços, no prazo estabelecido no item 3.12, nos locais e horários fixados por cada Contratante, cabendo à Contratada informar, antes do término do referido prazo, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido, nos termos do item 3.12.1;

5.1.3. Encaminhar, por ocasião do início dos serviços:

5.1.3.1. A documentação que comprove a posse dos veículos pela Contratada, conforme estabelece o item 3.4, bem como a regularidade do licenciamento e, quando aplicável, do IPVA e seguro obrigatório de cada veículo;

5.1.3.2. A relação dos veículos a serem disponibilizados, indicando marca, modelo, placa de identificação e RENAVAM;

5.1.3.3. Apólices de seguro que atendam aos valores de cobertura mínimos especificados no item 3.46.1.

5.1.4. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, definir a estratégia de recarga adequada ao tamanho da frota e implementar adequadamente o planejamento operacional dos veículos e a infraestrutura necessária para a execução das recargas;

5.1.5. Garantir instalações para guarda dos veículos locados, em local e condições que não comprometam o cumprimento do disposto no item 3.25;

5.1.6. Assegurar que os veículos estejam disponíveis no local da unidade, até o início de cada período de prestação dos serviços (exceto na entrega inicial), com pelo menos

65% (sessenta e cinco por cento) do nível de carga da bateria de tração, sem prejuízo do disposto no item 3.25;

5.1.7. Efetuar as recargas intermediárias com planejamento, conforme sua estratégia de recarga, de maneira a não interferir nos itinerários e horários predeterminados e assegurar a manutenção de nível de carga compatível com a execução regular e contínua dos serviços;

5.1.8. Manter os veículos assegurados com cobertura total contra roubo, furto, colisão, incêndio, danos materiais e pessoais, inclusive danos a terceiros, e para caso de destruição parcial ou total do bem, durante todo o prazo de vigência contratual;

5.1.9. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;

5.1.10. Substituir todos os veículos de imediato e de forma automática nas hipóteses e de acordo com as condições especificadas no item 3.22;

5.1.11. Substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do Estado e na Região Metropolitana de São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do Estado. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade, apresentando documentação que a fundamente;

5.1.12. Substituir o veículo nas condições não previstas no item anterior, quando solicitado por escrito pelo respectivo Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação;

5.1.13. Entregar e retirar os veículos substituídos sem atribuir ao Contratante a cobrança de qualquer ônus adicional, tanto em função dos encargos para licenciamento/legalização do veículo, quanto do eventual ônus de pedágio no curso do processo de substituição da frota de veículos;

5.1.14. Providenciar a identificação visual dos veículos com o logotipo do respectivo Contratante e com a expressão “VEÍCULO ELÉTRICO”, nos termos deste instrumento, assumindo integralmente os custos decorrentes dessa obrigação;

5.1.15. Observar que deverá ser cumprida a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, em especial as Leis Municipais nº 11.733, de 27 de março de 1995, nº 12.157, de 9 de agosto de 1996, nº 14.717, de 17 de abril de 2008, e nº 15.688, de 11 de abril de 2013, e os Decretos Municipais nº 50.232, de 17 de novembro de 2008, e nº 53.989, de 13 de junho de 2013, e demais atos normativos aplicáveis;

5.1.15.1. A Contratada deverá manter na frota destinada a cada contrato apenas os veículos devidamente aprovados na inspeção veicular.

5.1.16. Assegurar que os veículos permaneçam à disposição do Contratante durante a vigência do contrato, não podendo ser utilizados para outros fins;

5.1.17. Entregar os veículos com nível de carga da bateria de tração não inferior a 80% (oitenta por cento), em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza, conforme as especificações do fabricante. Adicionalmente, deverá responsabilizar-se pela recarga da bateria de tração, mediante a utilização, sempre que necessário, de cartões, aplicativos ou sistemas próprios de cada operadora de estação de recarga;

5.1.18. Observar que os veículos elétricos deverão ser carregados somente por meio de equipamentos e estações de recarga projetados, instalados e mantidos em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT e dos órgãos oficiais competentes, as normas de segurança aplicáveis e as boas práticas de engenharia e manutenção preventiva;

5.1.19. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, inclusive despesas relativas à troca de óleo, lubrificantes, fluidos, líquidos de arrefecimento e filtros, aos reparos mecânicos necessários à sua manutenção ou decorrente de acidente e à recarga da bateria de tração dos veículos;

5.1.20. Lavar e higienizar os veículos, nas frequências e condições estabelecidas neste instrumento, de modo a garantir a permanência deles em estado ótimo de

conservação. Os serviços de lavagem e higienização necessários para este fim serão suportados pela Contratada;

5.1.21. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório, quando aplicáveis, e taxa de emplacamento, inclusive despesas e outros ônus provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da Contratada;

5.1.22. Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos de acordo com as especificações e recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, a troca de óleo, lubrificantes, fluidos, líquidos de arrefecimento e filtros, bem como a substituição de pneus e peças desgastadas ou defeituosas (baterias de alta e baixa tensão etc.), mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;

5.1.23. Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;

5.1.24. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

5.1.25. Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores disponibilizados para o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria;

5.1.26. Comunicar ao representante do Contratante, conforme o caso requeira, sobre fatos como necessidade de recargas emergenciais, obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego que impliquem a alteração de itinerários e horários;

5.1.27. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando ao Contratante os condutores com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 3 (três) anos na função;

5.1.28. Comprovar formação técnica e específica dos condutores dos veículos mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo CONTRAN, pela SENATRAN e pelo DETRAN;

5.1.29. Fornecer relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), juntamente da comprovação do vínculo empregatício, do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e da cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

5.1.29.1. O mesmo procedimento previsto no subitem acima deverá ocorrer quando da substituição ou alteração desses profissionais ao longo da vigência contratual.

5.1.30. Manter em serviço somente profissionais capacitados e portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar o nome da Contratada, número de registro, a função e fotografia do empregado portador;

5.1.31. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que eles mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do Contratante, observando a legislação que disciplina a jornada de trabalho e período de descanso dos condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

5.1.32. Não permitir que qualquer condutor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica (Lei Federal nº 9.503, de 1997, art. 276);

5.1.33. Assumir o ônus pelo recolhimento de seguro contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

5.1.33.1. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nos termos do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.1.34. Repassar a seus motoristas todos os hábitos de condução e instruções de carregamento constantes do manual do proprietário de cada veículo, bem como

instruí-los quanto aos procedimentos que deverão ser adotados para carregar o veículo de acordo com a estação de recarga utilizada;

5.1.35. Providenciar treinamento e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos nos níveis de qualidade desejados;

5.1.36. Efetuar a substituição do condutor, em até 2 (duas) horas, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

5.1.37. Comunicar ao Contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de condutores dos itinerários ou dos serviços;

5.1.38. Manter controle de frequência e pontualidade de seus empregados, em um formato padrão, o qual deverá estar permanentemente à disposição da fiscalização e ser entregue com a medição dos serviços;

5.1.39. Fornecer aos motoristas alocados nos postos contratados telefone celular em perfeitas condições de uso e conservação, dotado de linha telefônica apta a fazer e receber chamadas, bem como de plano de dados móveis que viabilize a utilização de aplicativos e sistemas próprios de cada operadora de estação de recarga e, quando da hipótese do subitem 1.14.2.1, o uso regular e contínuo de aplicativos de navegação.

5.1.40. Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, sem ônus para seus empregados;

5.1.41. Fornecer vale-refeição e cesta básica que estejam previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos empregados envolvidos na prestação dos serviços aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;

5.1.42. Fornecer obrigatoriamente aos empregados alocados na contratação os benefícios que estejam previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;

5.1.43. Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não seja mantido em serviço;

5.1.44. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.1.45. Comunicar ao Contratante toda ocorrência de afastamento, substituição ou inclusão de qualquer integrante da equipe que esteja prestando serviços. No caso de substituição ou inclusão, a Contratada anexará documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos exigidos neste instrumento, ficando a cargo do Contratante aceitá-los ou não;

5.1.46. Apresentar ao Contratante, sempre que exigido, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho e de seguro do casco, danos a terceiros e danos pessoais, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que estejam ou tenham estado a serviço do Contratante no âmbito da contratação;

5.1.47. Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como de danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, sendo de sua responsabilidade;

5.1.48. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;

5.1.49. A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder a anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada;

5.1.50. Responsabilizar-se por quaisquer multas ambientais e de trânsito durante a execução do contrato;

5.1.51. Disponibilizar veículos e condutores em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

5.1.52. Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo estando sempre de posse do condutor;

5.1.53. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao Contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado dos serviços;

5.1.54. Observar que a Contratada deverá retirar os veículos locados em até 5 (cinco) dias úteis após o término do contrato.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DA CONTRATADA

6.1. Constituem obrigações e responsabilidades socioambientais da Contratada:

6.1.1. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus e lubrificação, bem como a substituição de líquidos de arrefecimento e peças desgastadas ou defeituosas (baterias de alta e baixa tensão etc.), devendo:

6.1.1.1. Realizar a manutenção periódica dos veículos automotores e adotar métodos de carregamento adequados, de forma a otimizar a autonomia do veículo, aumentar a eficiência energética da bateria de tração e prolongar sua vida útil, observando as recomendações e especificações da respectiva montadora;

6.1.1.2. Observar que a constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções e/ou extinção contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, nos termos das normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo;

6.1.1.3. Implementar soluções tecnológicas que permitam otimizar e gerenciar o consumo de energia para recarga de veículos elétricos;

6.1.1.4. Priorizar, sempre que possível, o carregamento dos veículos em horários de menor demanda de energia, visando a reduzir impactos na rede elétrica e emissões indiretas associadas à geração de energia;

6.1.1.5. Manter os veículos automotores de modo a coibir fatores que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, observando-se as normas brasileiras aplicáveis, em especial as Resoluções CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993, alterada pela Resolução nº 8, de 31 de agosto de 1993, e nº 272, de 14 de setembro de 2000, bem como a recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

6.2. Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, do CONAMA e da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, destacando-se a Lei Federal nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, a Resolução CONAMA nº 16, de 17 de dezembro de 1993, a Portaria IBAMA nº 85, de 17 de outubro de 1996, a Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976 com suas alterações, bem como os Decretos Estaduais nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e nº 59.113, de 23 de abril de 2013, com suas respectivas alterações.

6.3. Utilizar somente equipamentos e estações de recarga para veículos elétricos que sejam projetados, instalados e mantidos em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas da ABNT e dos órgãos oficiais competentes, as normas de segurança aplicáveis e as boas práticas de engenharia e manutenção preventiva.

6.4. Para veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços (como no apoio e supervisão dos serviços), utilizar prioritariamente aqueles classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), considerando-se sua categoria e à redução de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa.

6.5. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e ao descarte de pneus, bem como dos resíduos resultantes dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

6.6. Observar as disposições contidas na Lei Estadual nº 14.186, de 15 de julho de 2010, quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

6.7. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final ambientalmente adequada e

segura, em conformidade com Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, e demais legislações aplicáveis.

6.8. Responsabilizar-se pela logística reversa, obedecendo a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças desgastadas ou defeituosas (baterias de alta e baixa tensão etc.) e embalagens dos produtos utilizados.

6.9. Descartar todo o resíduo reciclável gerado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes.

6.10. Responsabilizar-se por todos os descartes, segundo as recomendações normativas sobre o assunto, dando um fim responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.

6.11. Os veículos envolvidos na prestação dos serviços também deverão estar em conformidade com o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), nos termos da Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 e suas eventuais alterações, ou da norma que vier a estabelecer nova fase do PROCONVE para veículos leves.

6.12. Providenciar a destinação ambiental das baterias usadas ou inservíveis, segundo o disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações e responsabilidades do Contratante:

7.1.1. Expedir autorização de início dos serviços;

7.1.2. Fiscalizar e controlar o uso dos veículos locados, tomando as providências necessárias para assegurar que toda utilização seja registrada em meio eletrônico;

7.1.3. Garantir que a utilização dos veículos alocados seja adstrita às atividades do Contratante;

7.1.4. Utilizar os veículos exclusivamente em vias normais de rodagem;

- 7.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato;
- 7.1.6. Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) do contrato para acompanhamento da execução contratual, competindo ao Contratante a fiscalização dos serviços a qualquer instante, o que inclui a solicitação à Contratada, sempre que achar conveniente, de informações acerca de seu andamento;
- 7.1.7. Esclarecer dúvidas com relação aos serviços a serem prestados;
- 7.1.8. Responsabilizar-se por tarifas rodoviárias, hidroviárias e de estacionamento, quando for o caso, durante a execução do contrato, o que não se aplica ao processo de substituição de frotas;
- 7.1.9. Fornecer à Contratada o arquivo digital do logotipo do órgão/entidade e as respectivas especificações de sua aplicação, bem como o arquivo digital da arte padrão da expressão “VEÍCULO ELÉTRICO”, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Gestão, conforme disposto no Anexo I/C deste Termo de Referência;
- 7.1.10. Divulgar no Portal da Transparência os dados obtidos pelo sistema de rastreamento, bem como os respectivos relatórios que justifiquem a utilização dos veículos, em cumprimento ao artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 17.273, de 2020, observado o disposto no § 3º do mesmo artigo;
- 7.1.11. Analisar os documentos relativos à comprovação do pagamento de todos os salários, benefícios e encargos;
- 7.1.12. Fornecer os itinerários e horários de partida e chegada;
- 7.1.13. Disponibilizar instalações sanitárias;
- 7.1.14. Observar os atos normativos aplicáveis, em especial o Decreto Municipal nº 63.424, de 2024, que fixa vedações e medidas de controle de uso dos serviços de transporte individual de agentes públicos, e as normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Gestão, incluindo a Portaria SEGES nº 03, de 2026 e alterações subsequentes.

8. FORMAS DE REMUNERAÇÃO

8.1. As formas de remuneração e correspondentes unidades de medida definidas para a contratação desses serviços serão as seguintes:

8.1.1. **Valor fixo:** correspondente aos gastos fixos mensais do veículo, acrescido do valor da mão de obra do condutor;

8.1.2. **Valor variável:** correspondente aos gastos que variam em função da distância percorrida (quilômetro rodado) pelo veículo no mês;

8.1.3. **Horas adicionais do motorista:** corresponde às horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos para a escala de trabalho contratada.

8.2. Portanto, a remuneração será composta pela soma do valor fixo mensal e do valor variável, acrescida das horas adicionais efetivamente utilizadas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato decorrente do sistema de registro de preços será empreitado por preço unitário.

Da participação de cooperativas

9.3. Considerando que os serviços de locação de veículos demandam, por sua natureza, execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em relação ao Município, é vedada a participação de cooperativas na licitação e sua contratação (art. 10, inciso XI, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

10.6. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de fiscalização

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s).

Fiscalização do contrato quanto à conformidade dos serviços executados

10.9. O fiscal acompanhará a execução do contrato e a conformidade dos serviços executados, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, e Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, arts. 119 e 120).

10.10. O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relativas à execução contratual, informando à unidade responsável pela gestão do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da Contratada, das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, I).

10.11. O fiscal recepcionará da Contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e na portaria da Secretaria Municipal da Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, devendo conferi-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão do contrato (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, II).

10.12. O fiscal realizará, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, aprovará a planilha de medição emitida pela Contratada e, se os serviços forem prestados a contento, total ou parcialmente, atestará a respectiva nota fiscal ou fatura e a prestação dos serviços (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, III).

10.13. O fiscal adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de prorrogação, rescisão, suspensão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, IV).

10.14. O fiscal informará à unidade responsável pela gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua

competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

10.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente à unidade responsável pela gestão do contrato (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, I).

10.16. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. A fiscalização do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo A deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

10.18. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.19. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.20. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

10.21. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis

mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

10.23. É vedada a atribuição à Contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

10.24. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.25. A fiscalização, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá consultar a unidade demandante dos serviços e, se for o caso, comunicar à unidade responsável pela gestão do contrato para que esta informe a autoridade competente sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, visando à adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, V).

10.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.27. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

10.27.1. A fiscalização do Contratante terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências vinculadas à execução dos serviços contratados, podendo verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, dos equipamentos e dos utensílios utilizados;

10.27.2. O Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no Edital e no contrato;

10.27.3. Ao Contratante é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, sem qualquer ônus adicional ao Contratante;

10.27.4. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado, cabendo, também a ele, realizar avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela Contratada;

10.27.5. A autoridade competente do Contratante poderá ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissionais da Contratada que estiverem sem uniforme ou crachá, que embarçarem ou dificultarem a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a exclusivo critério do Contratante, julgar inconveniente;

10.27.6. A fiscalização do Contratante não permitirá que o condutor execute tarefas em desacordo com o objeto da contratação;

10.27.7. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime a Contratada do regular cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

10.28. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

10.29. As disposições previstas neste Termo de Referência acerca da fiscalização do contrato quanto à conformidade dos serviços executados não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a matéria.

10.30. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em

consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, registrando em relatório a ser encaminhado à unidade responsável pela gestão do contrato.

Fiscalização do contrato quanto às obrigações sociais e trabalhistas

10.31. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

10.32.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

10.32.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.32.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;

10.32.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

10.32.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m).

10.32.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os documentos elencados no art. 1º e no respectivo § 1º da Portaria SF nº 275, de 05 de setembro de 2024, além dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

10.32.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

10.32.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede da Contratada que tenham sido exigidas no Edital para fins de habilitação;

10.32.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

10.32.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.32.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 124, I, "h"):

10.32.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

10.32.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

10.32.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

10.32.3.4. Comprovações de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

10.32.3.5. Comprovações de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

10.32.4. A Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

10.32.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade da Contratada sem extinção de seus contratos de trabalho;

10.32.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

10.32.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

10.32.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

10.32.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

10.33. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam os subitens anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa à Contratada, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.34. Sempre que houver admissão de novo empregado pela Contratada, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, elencados no subitem 10.32.1 acima, deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato

administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pela Contratada de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.35. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção ou rescisão da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

10.36. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

10.36.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

10.36.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere o subitem anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

10.36.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas no subitem anterior.

10.37. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

10.38. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

10.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

10.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

10.41. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.41.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pela Contratada sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

10.42. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.43. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

10.44. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.45. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

10.46. As disposições previstas neste Termo de Referência acerca da fiscalização do contrato quanto às obrigações sociais e trabalhistas não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a matéria.

10.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado à unidade responsável pela gestão do contrato.

Gestão do contrato

10.48. A unidade responsável pela gestão do contrato atuará conjuntamente com a fiscalização, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste, e exercerá as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, incluindo os atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à formalização, à prorrogação, à alteração, ao apostilamento e à rescisão do contrato, bem como ao pagamento e à eventual aplicação de penalidade à Contratada (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, III, IV, VIII, XI, XII e XIII).

10.49. A unidade responsável pela gestão do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato e a inexistência de registros no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, instruindo processo documental vinculado ao da contratação, no qual deverão ser encartadas as certidões de habilitação exigidas no edital e as comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, VII, XV e XVIII).

10.50. Identificada qualquer irregularidade nas certidões descritas no subitem anterior, a unidade responsável pela gestão do contrato notificará a Contratada para regularização em prazo determinado (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XVIII).

10.51. A unidade responsável pela gestão do contrato manterá o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, X).

10.52. A unidade responsável pela gestão do contrato verificará se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal, está de acordo com o disposto no contrato e na portaria da Secretaria Municipal da Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XII).

10.53. Havendo conformidade da documentação necessária ao pagamento, a unidade responsável pela gestão do contrato deverá encaminhar o processo à unidade contábil de execução orçamentária, conforme a estrutura de cada órgão, a fim de prosseguir com a liquidação. Do contrário, o processo deverá ser devolvido ao fiscal para as devidas correções (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XVIII).

10.54. A unidade responsável pela gestão do contrato, ao tomar conhecimento da existência de qualquer infração contratual, deverá relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar às autoridades responsáveis, com a devida justificativa técnica, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XIII).

10.55. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento da unidade responsável pela gestão do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, caberá à unidade gestora apurá-la e, se o caso, adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XIV).

10.56. A unidade responsável pela gestão do contrato, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e/ou pelo fiscal, comunicará a autoridade competente para que esta promova a prorrogação contratual ou, quando for o caso, a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, IX e XI).

10.57. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à gestão do contrato não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a matéria.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

11.1.1. O valor devido referente aos serviços efetivamente executados de cada item será obtido mediante a soma do preço fixo contratual, da aplicação do respectivo preço unitário variável às quantidades de quilômetros efetivamente rodados e da aplicação do preço unitário correspondente às horas adicionais efetivamente utilizadas, descontando-se as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas por motivos imputáveis à Contratada.

11.2. O Contratante realizará a avaliação da qualidade dos serviços efetivamente executados por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I/A deste Termo de Referência, o qual descreve os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal.

11.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

11.4. O recebimento do objeto contratual deverá obedecer ao disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, devendo ser formalizado por meio de ateste e termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências técnicas e contratuais.

11.5. O recebimento do objeto, para fins de pagamento, será realizado de acordo também com a seguinte regra:

11.5.1. O valor devido referente à execução do objeto no mês inicial da entrega do(s) veículo(s) será calculado proporcionalmente aos dias decorridos desde a data em que o veículo tiver sido entregue e aceito pelo Contratante até o último dia do mês, nos quais tenha ocorrido a efetiva prestação dos serviços contratados.

Liquidação

11.6. Para fins de liquidação, deverão ser observados os procedimentos padronizados na Portaria SF nº 275, de 2024, ou em outra norma que vier a substituí-la ou alterá-la.

Prazo de pagamento

11.7. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

11.7.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

11.8. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012.

11.8.1. Para fins de cálculo da compensação financeira, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

11.8.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

11.9. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

11.10. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

11.11. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos elencados no artigo 1º e no respectivo § 1º da Portaria SF nº 275, de 2024, ou em outra norma que vier a substituí-la ou alterá-la.

11.11.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

11.12. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem anterior, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

Forma de pagamento

11.13. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no Banco do Brasil S/A, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

11.13.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do parágrafo único do artigo 8º da Lei Municipal nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 47.096, de 21 de março de 2006.

11.14. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

11.15. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

12. DA REPACTUAÇÃO

12.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.2. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

12.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.2.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.5. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.6.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.6.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.7. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da

anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I-I^0)}{I^0}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

12.7.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

12.7.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

12.7.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

12.8. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor

menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

12.9. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

12.9.1. Para os custos decorrentes do mercado: à data do pedido (art. 137, I, Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.9.2. Para os custos decorrentes de mão de obra: à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente (art. 137, II, Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

12.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.12. O pedido de repactuação deverá ser formulado ao Órgão Gerenciador ou ao Contratante durante a vigência da ata ou do contrato dela decorrente, conforme o caso, e antes de eventual prorrogação ou encerramento do instrumento aplicável, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.13. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

12.14. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

12.15. O Órgão Gerenciador ou o Contratante, conforme o caso, decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em

que for apresentada, pela Detentora ou Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.15.1. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto a Detentora ou Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Órgão Gerenciador ou pelo Contratante, conforme o caso, para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.16. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.17. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.18. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

12.19. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5,00% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

13.1.1. Na hipótese da modalidade de fiança bancária, seguro-garantia ou títulos da dívida pública, o prazo de validade para execução da garantia deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual, salvo prazo diverso fixado em normativo da Secretaria Municipal da Fazenda;

13.1.2. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, admitindo-se uma prorrogação mediante requerimento justificado e aceito pelo Contratante, nos termos do art. 125, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022;

13.1.3. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a Contratada será convocada a reforçar a garantia, sob pena de multa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma que corresponda sempre à mesma porcentagem estabelecida no item 13.1;

13.1.4. O não cumprimento do disposto nos subitens anteriores ensejará aplicação das penalidades previstas no contrato;

13.1.5. A garantia exigida poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial causados ao Contratante ou a terceiros, bem como as multas aplicadas à Contratada, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 05 de junho de 2012;

13.1.6. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 2012;

13.1.6.1. Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do Contratante, a garantia será retida e poderá ser utilizada para garantia do juízo;

13.1.7. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8. Na prestação da garantia, serão observados os procedimentos e normas fixados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em especial as Portarias SF nº 76, de 22 de março de 2019 e alterações subsequentes, e nº 338, de 02 de dezembro de 2021 e alterações subsequentes, bem como qualquer outra norma que vier a alterá-las ou substituí-las.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO I/A – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Item	Descrição	Atendido	Parc. atendido	Não atendido	Não se aplica
1	Informações sobre o veículo e motorista repassadas na programação do transporte.				
2	Cumprir o horário indicado para a entrega do veículo e entregar o veículo em condições no local e hora determinada				
3	Motorista pontual e educado com os passageiros.				
4	Motorista habilitado, capacitado e uniformizado.				
5	Veículo e motorista à disposição dos passageiros durante todo o período da viagem.				
6	O veículo considerado inadequado à prestação do serviço foi imediatamente substituído antes do início da viagem.				



7	No decorrer da viagem, quando foi necessário, o veículo foi imediatamente substituído por outro similar, por não estar em condições de uso, em virtude de falha mecânica, más condições de conservação e limpeza, avaria resultante de acidente, revisões, quaisquer defeitos que não possam ser reparados, ainda que sejam alheios à sua vontade.				
8	Motorista(s) munido(s) de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, em conformidade com as normas e determinações em vigor.				
9	Lavar e higienizar os veículos, nas frequências e condições estabelecidas, arcando com as despesas decorrentes dessa obrigação.				
10	Entregar os veículos locados com nível de carga da bateria de tração não inferior a 80% (oitenta por cento).				
11	Assegurar que os veículos estejam disponíveis no local da unidade, até o início de cada período de prestação dos serviços (exceto na entrega inicial), com pelo menos 65% (sessenta e cinco por cento) do nível de carga da bateria de tração.				



Parâmetro para medição do IMR:

Faixa 1 – 100% – De 0 a 2 itens avaliados como “Não atendido”.

Faixa 2 – 95% – De 3 a 4 itens avaliados como “Não atendido”.

Faixa 3 – 90% – De 5 a 6 itens avaliados como “Não atendido”.

Faixa 4 – 85% – De 7 a 8 itens avaliados como “Não atendido”.

Faixa 5 – 80% – De 9 ou 10 itens avaliados como “Não atendido”.

Cada 2 (dois) itens avaliados como parcialmente atendidos corresponderão a 1 (um) item não atendido.

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO I/B – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Anexo I/B.1 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G1

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo /Ano	Km Rodado/A no	Hora Adicional/A no (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/An o (domingos e feriados)
1	9250 00	SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	1	24.000	312	216
2	9250 02	SUB SE - Subprefeitura Sé	5	120.000	1.560	1.080
3	9250 13	SME - Secretaria Municipal de Educação	2	48.000	624	432
4	9250 18	SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito	2	48.000	624	432
5	9250 52	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	3	72.000	936	648
6	9250	SMC - Secretaria Municipal de	2	48.000	624	432



	54	Cultura					
7	9250	SGM - Secretaria de Governo	6	144.000	1.872	1.296	
	56	Municipal					
8	9250	SEHAB - Secretaria Municipal	3	72.000	936	648	
	57	de Habitação					
9	9251	HSPM - Hospital do Servidor	1	24.000	312	216	
	02	Público Municipal					
10	9295	SMTUR - Secretaria Municipal	1	24.000	312	216	
	09	de Turismo					
Total			26	624.000	8.112	5.616	

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Se q.	UAS G ↓	Órgão Participante	Unidade	Qua nt.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Regi ão
1	9250 00	SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	CAF	1	R. Boa Vista, 280	Centr o	01014 -010	Cent ro
2	9250 02	SUB SE - Subprefeitura Sé	Unidade de Tráfego	5	R. Dr. Rodrigo Silva, 98	Centr o	01501 -010	Cent ro
3	9250 13	SME - Secretaria Municipal de Educação	CODAE	2	R. Líbero Badaró, 425	Centr o	01008 -000	Cent ro



Se q.	UAS G ↓	Órgão Participante	Unidade	Qua nt.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Regi ão
SMT - Secretaria								
4	9250 18	Municipal de Mobilidade e Trânsito	Sede	2	R. Boa Vista, 128/136	Centr o	01014 -000	Cent ro
SMADS -								
5	9250 52	Secretaria Municipal de Assistência e	Sede	3	R. Líbero Badaró, 425	Centr o	01008 -000	Cent ro
SMC - Secretaria								
6	9250 54	Municipal de Cultura	Sede	2	R. Líbero Badaró, 346	Centr o	01008 -000	Cent ro
SGM -								
7	9250 56	Secretaria de Governo Municipal	Sede	6	Vd. do Chá, 15, 5º andar	Centr o	01002 -020	Cent ro
SEHAB -								
8	9250 57	Secretaria Municipal de Habitação	Sede	3	R. São Bento, 405	Centr o	01011 -100	Cent ro
HSPM - Hospital								
9	9251 02	do Servidor Público Municipal	Sede	1	R. Castro Alves, 60	Aclim ação	01532 -000	Cent ro



Seq.	UAS G ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
10	9295 09	Secretaria Municipal de Turismo	Sede	1	R. Líbero Badaró, 377	Centro	01008 -000	Centro

Anexo I/B.2 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G2

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo /Ano	Km Rodado/A no	Hora Adicional/A no (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/An o (domingos e feriados)
1	9250 66	SUB BT - Subprefeitura Butantã	2	48.000	624	432
2	9250 80	SUB LA - Subprefeitura Lapa	3	72.000	936	648
3	9251 95	SME DRE FB - Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia	2	48.000	624	432
4	9251 98	SME DRE BT - Diretoria Regional de Educação Butantã	2	48.000	624	432



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

5	9252 00	SME DRE CL - Diretoria Regional de Educação Campo Limpo	2	48.000	624	432
6	9263 78	SME DRE PJ - Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	2	48.000	624	432
7	9286 57	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	2	48.000	624	432
Total			15	360.000	4.680	3.240

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Se	UAS	Órgão	Unidade	Qua	Local de	Bairro	CEP	Regi
1	9250 66	SUB BT - Subprefeitura Butantã	Sede	2	R. Dr. Ulpiano da Costa Manoso, 201	Jardim Peri Peri	05538 -000	Oeste
2	9250 80	SUB LA - Subprefeitura Lapa	Sede	3	R. Guaicurus, 1000	Vila Roma na	05033 -002	Oeste
3	9251 95	SME DRE FB - Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasil ândia	Sede	2	R. Marina Ciufulli Zanfelicce, 371	Lapa de Baixo	05040 -000	Oeste
4	9251 98	SME DRE BT - Diretoria Regional de Educação Butantã	Sede	2	R. Padre Eugênio Lopes, 361	Vila Progr edior	05615 -010	Oeste



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

5	9252 00	SME DRE CL - Diretoria Regional de Educação Campo Limpo	Sede	2	Av. João Dias, 3763	Jardi m Santo Antôn io (Zona Sul)	05801 -000	Sul
6	9263 78	SME DRE PJ - Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	Sede	2	R. Aurélia, 996	Vila Roma na	05046 -000	Oest e
7	9286 57	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	Sede	2	Av. Dra. Ruth Cardoso, 7123 / Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 595	Pinhei ros	05425 -070 05459 -010	Oest e

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

Anexo I/B.3 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G3

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo /Ano	Km Rodado/A no	Hora Adicional/A no (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/An o (domingos e feriados)
1	9250 13	SME - Secretaria Municipal de Educação	10	240.000	3.120	2.160
2	9250 20	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	3	72.000	936	648
3	9250 92	SUB VM - Subprefeitura Vila Mariana	2	48.000	624	432
4	9263 64	SME DRE IP - Diretoria Regional de Educação Ipiranga	1	24.000	312	216
Total			16	384.000	4.992	3.456

3. Locais de apresentação por Órgão Participante



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

Se q.	UAS G ↓	Órgão Participante	Unidade	Qua nt.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Regi ão
1	9250 13	SME - Secretaria Municipal de Educação	Sede	10	R. Borges Lagoa, 1230 / R. José de	Vila Cleme ntino	04038 -003 04026	Sul
2	9250 20	SVMA - Secretaria Municipal do	Sede	3	R. do Paraíso, 387	Paraís o	04103 -000	Sul
3	9250 92	SUB VM - Subprefeitura Vila Mariana	Sede	2	R. José de Magalhães, 500	Vila Cleme ntino	04026 -090	Sul
4	9263 64	SME DRE IP - Diretoria Regional de	Sede	1	R. Leandro Dupret, 525	Vila Cleme ntino	04025 -012	Sul

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO I/C - ESPECIFICAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS ELÉTRICOS

Veículo na cor branca. Medidas aproximadas, podendo haver variação proporcional ao modelo do veículo ofertado, o que será ajustado na fase de execução.

1. PORTAS DIANTEIRAS

1.1. Aplicação do logotipo do respectivo Contratante, de acordo com o arquivo digital e as especificações por ele definidas, a ser afixado nas portas dianteiras do veículo por meio de adesivo ou manta magnética, conforme opção de cada órgão ou entidade contratante.

2. PORTAS TRASEIRAS

2.1. Aplicação da expressão “VEÍCULO ELÉTRICO”, composta por símbolo de plugue elétrico estilizado e tipografia em caixa alta, na cor verde, conforme os padrões CMYK (C=50%, M=0%, Y=100%, K=0%) e RGB (R=148, G=193, B=31), com dimensões aproximadas de 26 cm de largura por 12 cm de altura, podendo haver variação proporcional ao modelo do veículo ofertado, a ser afixada nas portas traseiras do veículo por meio de adesivo ou manta magnética, conforme opção de cada órgão ou entidade contratante;

2.2. Arte padrão da expressão “VEÍCULO ELÉTRICO”:



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO II/A – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – GRUPO 01

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 01 - Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
1	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículos/Ano	26			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
2	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	624.000			
3	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	8.112			
4	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	5.616			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 01 (h) = (d1 + g2 + g3 + g4)						

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara, ainda, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
03. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.

() Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202____.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO II/B – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – GRUPO 02

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 02 - Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
5	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículos/Ano	15			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
6	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	360.000			
7	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	4.680			
8	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	3.240			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 02 (h) = (d1 + g2 + g3 + g4)						



DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara, ainda, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
03. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.

(__) Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO II/C – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – GRUPO 03

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 03 - Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
9	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículos/Ano	16			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
10	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	384.000			
11	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	4.992			
12	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	3.456			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 03 (h) = (d1 + g2 + g3 + g4)						

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara, ainda, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
03. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.

(__) Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO III – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;

4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO III/A– MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO III/B– CRITÉRIOS PARA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

Índice de Liquidez Geral (LG):	<i>Ativo Circulante + Ativo Realizável à Longo</i>		≥	1
	<i>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</i>			
Índice de Liquidez Corrente (LC):	<u><i>Ativo Circulante</i></u>		≥	1
	<i>Passivo Circulante</i>			
Índice de Solvência Geral (ISG):	<u><i>Ativo Total</i></u>		≥	1
	<i>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</i>			

Os índices acima indicados deverão ser calculados conforme as fórmulas apresentadas, sendo que o resultado solicitado para cada índice é maior ou igual a um, sendo **exigido que seja assinado por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.**

ALTERNATIVAMENTE, a situação econômico-financeira da licitante poderá ser aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório, para fins de comprovação do patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) grupo(s) para o(s) qual(is) tenha apresentado proposta válida e figure como melhor classificada.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº

Ata de Registro de Preços nº

A Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio do(a) (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), inscrito(a) no CNPJ sob o nº (número do CNPJ), situado(a) no(a) (endereço), neste ato representado(a) pelo(a) (cargo, nome e, eventualmente, norma de delegação), adiante designado apenas **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa (nome da licitante vencedora), inscrita no CNPJ nº (número do CNPJ), situada na(o) (endereço), aqui representada por (nome, qualificação, RG e CPF), doravante designada simplesmente **DETENTORA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos nº 62.100/22 e nº 56.475/2015, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislação aplicável, em conformidade com o Edital de Licitação que a precedeu e com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do

Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão que precedeu este ajuste e na proposta da DETENTORA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

2.1. O(s) preço(s) registrado(s) e as quantidades estimadas são estabelecidos conforme segue:

GRUPO 0X - Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
XX	Valor Fixo Mensal (veículo e motorista)	Veículos/ano	XX			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
XX	Quilômetro Rodado	Quilômetro rodado/ano	XX			
XX	Hora Adicional do Condutor (2ª feira a sábado)	Hora adicional/ano	XX			
XX	Hora Adicional do Condutor (domingos e feriados)	Hora adicional/ano	XX			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 0X (h) = (dXX + gXX + gXX + gXX)						

2.2. O preço registrado inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

2.3. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) pertinente(s) será(ão) onerada(s) por ocasião da formalização dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 95, § 2º, do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA DETENTORA DA ATA

3.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Gestão (SEGES).

3.2. São atribuições gerais do ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo de outras disposições específicas desta Ata de Registro de Preços:

3.2.1. promover o acompanhamento da presente Ata de Registro de Preços, comunicando à DETENTORA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

3.2.2. aplicar as sanções administrativas previstas na Cláusula Décima Terceira desta Ata de Registro de Preços;

3.2.3. promover o acompanhamento do consumo dos itens registrados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES;

3.2.4. indicar a DETENTORA, bem como os quantitativos a que esta ainda se encontra obrigada e os preços registrados, sempre que solicitado;

3.2.5. acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;

3.2.6. aplicar o reajuste aos preços registrados durante a vigência desta Ata, conforme disposto em sua Cláusula Nona;

3.2.7. receber e processar os pedidos de revisão dos preços registrados, formulados na vigência desta Ata;

3.2.8. autorizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;

3.2.9. divulgar os preços registrados na Internet, em página mantida pela Prefeitura do Município de São Paulo;

3.2.10. cancelar o registro de preços.

3.3. São obrigações gerais da DETENTORA, sem prejuízo de outras disposições específicas desta Ata de Registro de Preços:

3.3.1. formalizar as contratações decorrentes desta Ata, observadas as condições e as quantidades nela estabelecidas;

3.3.2. comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização;

3.3.3. manter, durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas;

3.3.4. manter, durante toda a duração da Ata de Registro de Preços, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação, parte integrante desta Ata de Registro de Preço);

3.3.5. comparecer, sempre que solicitada, à sede das unidades contratantes, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;

3.3.6. prestar informações relacionadas à execução do objeto do registro de preços sempre que solicitado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

3.3.7. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura ocasione às unidades contratantes ou a terceiros, em razão dos contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços;

3.3.8. atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que a execução do contrato se estenda após o término de sua vigência;

3.3.9. não subcontratar, ceder ou transferir o objeto da Ata de Registro de Preços, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de contados a partir da publicação no Diário Oficial da Cidade (DOC), podendo ser prorrogado por até igual período, mediante acordo entre as partes, desde que a DETENTORA tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações e comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Em caso de prorrogação da ata, será renovado o quantitativo originalmente registrado, proporcionalmente ao prazo da prorrogação.

4.1.2. Caso a DETENTORA da Ata de Registro de Preço não tenha interesse na prorrogação de sua vigência, deverá manifestar-se, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência, sob pena de multa, conforme cláusula 13.4.4 desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. As contratações com fundamento nesta Ata serão formalizadas pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual pertinente, que disporá sobre as condições de entrega do objeto e de pagamento, bem como sobre as

demais obrigações das partes contratantes, observada a Minuta de Contrato constante do Anexo V do Edital de Licitação, que integra esta Ata de Registro de Preços.

5.1.1. Esta Ata de Registro de Preços integrará o instrumento contratual a ser formalizado, independentemente de transcrição.

5.2. A DETENTORA será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na Cláusula Décima Terceira desta Ata.

5.2.1. O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do órgão ou entidade contratante, quando solicitado por escrito e motivadamente pela DETENTORA, antes do término do prazo previsto no subitem anterior.

5.2.2. O instrumento contratual deverá ser formalizado durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

5.3. Para a formalização do contrato, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista da DETENTORA, exigida na cláusula 13.5.2 do Edital de Licitação que antecedeu esta Ata de Registro de Preços, e deverão, ainda, ser tomadas as seguintes providências prévias:

5.3.1. Consulta aos seguintes cadastros: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ) e o Rol de Empresas Punidas pelo Município de São Paulo.

5.3.2. Comprovação que a DETENTORA não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

5.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada

exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro

5.4.1. Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente, deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4.2. O contrato poderá ser alterado, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. A existência de preços registrados implicará, para a DETENTORA, o compromisso de contratação nas quantidades e condições estabelecidas.

5.5.1. A DETENTORA não poderá recusar-se injustificadamente ao atendimento da demanda.

5.5.2. Em caso de recusa injustificada ou não sendo aceita a justificativa apresentada, será cancelado o preço registrado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira desta Ata.

5.5.3. A aceitação da justificativa apresentada para a recusa importará na manutenção da DETENTORA na ata de registro de preços, assegurada sua posição na classificação.

5.6. As contratações deverão observar os quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços, admitidas, excepcionalmente, contratações adicionais.

5.6.1. As contratações adicionais formalizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES (se houver) poderão superar em até 100% (cem por cento) os respectivos quantitativos estimados, desde que devidamente justificadas.

5.6.2. O conjunto das contratações adicionais do ÓRGÃO GERENCIADOR, dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e das adesões por ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

5.7. Na hipótese de contratações adicionais, nos termos da cláusula 5.6 e suas subcláusulas, poderá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação, desde que não prejudique a obrigação assumida nesta Ata de Registro de Preços.

5.8. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar a contratação adicional caso possa acarretar prejuízo ao fornecimento das quantidades registradas ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.9. Será priorizada a contratação das cotas reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

5.10. A vigência do registro de preços não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

6.1. Os ÓRGÃOS PARTICIPANTES deste registro preços e os quantitativos registrados para cada um deles estão relacionados no Anexo II desta Ata.

6.1.1. É vedado, aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, a participação em outra Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto desta Ata durante a sua vigência.

6.2. Para cada utilização desta Ata, os ÓRGÃOS PARTICIPANTES deverão informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR o quantitativo pretendido.

6.2.1. A unidade requerente deverá instruir o processo com o Formulário de Consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR, disponível no SEI.

6.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR indicará a DETENTORA e certificará a economicidade dos preços registrados.

6.3.1. Para os fins do disposto na cláusula 6.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará a DETENTORA, observado o disposto na cláusula 5.5 desta Ata de Registro de Preços.

6.4. As contratações serão formalizadas por cada ÓRGÃO PARTICIPANTE e deverão observar os quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços, admitidas,

excepcionalmente, contratações adicionais, desde que observada a cláusula 5.6 e autorizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.5. São atribuições dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

6.5.1. manter-se informados sobre o andamento desta Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às alterações porventura ocorridas, com o objetivo de dar correto cumprimento às suas disposições;

6.5.2. encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as informações sobre as contratações efetivamente realizadas, até o quinto dia útil do mês seguinte à sua celebração;

6.5.3. zelar pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;

6.5.4. aplicar penalidades de advertência e multa em virtude de infrações aos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços e sugerir ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das penalidades previstas no art. 156, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso;

6.5.5. aplicar quaisquer penalidades em virtude de infrações praticadas após o término de vigência desta Ata de Registro de Preços

6.5.6. informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a DETENTORA não atender as condições estabelecidas na ata de registro de preços ou recusar-se a firmar o contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas;

6.5.7. aplicar reajustes de preços que venham incidir após o término de vigência desta Ata, observado o disposto em sua Cláusula Nona.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

7.1. Durante a vigência desta Ata, os órgãos e as entidades municipais que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderão solicitar adesão à ata de registro de preços na condição de ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES,

mediante apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

7.1.1. A entidade ou órgão municipal interessado deverá instruir o processo com o Formulário Padrão de Consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR, disponível no SEI.

7.2. A autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pela DETENTORA.

7.3. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá efetivar a contratação solicitada em até 30 (trinta) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.3.1. O prazo de que trata a cláusula 7.3, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, nos itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

7.5. As adesões não poderão exceder, por ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado, observado, ainda, o disposto na cláusula 5.6.2 desta Ata.

7.6. Efetivada a contratação, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE passa a ter as mesmas atribuições do ÓRGÃO PARTICIPANTE previstas na cláusula 6.5.

CLÁUSULA OITAVA - CADASTRO DE RESERVA

8.1. Não haverá a formação de cadastro reserva.

CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

9.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.2. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

9.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

9.2.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.5. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros

ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

9.6.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.6.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.7. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I-I^0)}{I^0}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

9.7.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

9.7.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

9.7.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

9.8. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

9.9. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

9.9.1. Para os custos decorrentes do mercado: à data do pedido (art. 137, I, Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

9.9.2. Para os custos decorrentes de mão de obra: à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente (art. 137, II, Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

9.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

9.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.12. O pedido de repactuação deverá ser formulado ao Órgão Gerenciador ou ao Contratante durante a vigência da ata ou do contrato dela decorrente, conforme o caso, e antes de eventual prorrogação ou encerramento do instrumento aplicável, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.13. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

9.14. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

9.15. O Órgão Gerenciador ou o Contratante, conforme o caso, decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pela Detentora ou Contratada, solicitação acompanhada de

documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.15.1. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto a Detentora ou Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Órgão Gerenciador ou pelo Contratante, conforme o caso, para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.16. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

9.17. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

9.19. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA - NEGOCIAÇÃO E REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará a DETENTORA para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de

diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, será facultado à DETENTORA requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que torne excessivamente oneroso o cumprimento do compromisso, nos termos do previsto no art. 124, II, 'd', da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.1. Neste caso, a DETENTORA encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.2.2. O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

10.2.3. Não sendo comprovada a hipótese da cláusula 10.2, o pedido será indeferido e a DETENTORA deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata de registro de preços, na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.

10.2.3.1. Promovido o cancelamento do registro, nos termos da cláusula 10.2.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.

10.2.4. Caso comprovada a hipótese da cláusula 10.2, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado.

10.2.4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES e os ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES do registro de preços.

11.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

11.2.1. De ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO PARTICIPANTE; ou

11.2.2. De ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

11.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado ÓRGÃO PARTICIPANTE para efeito do remanejamento.

11.4. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, desde que haja prévia anuência da DETENTORA e do ÓRGÃO PARTICIPANTE que sofrer redução dos quantitativos iniciais.

11.5. O remanejamento das quantidades registradas será formalizado por termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O registro de preços será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e respeitados o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:

12.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.1.2. recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade registrada;

12.1.3. deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.4. sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.1.5. sofrer sanção de inidoneidade para licitar e contratar aplicada por qualquer ente público, conforme art. 156, inciso IV e § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

12.2. O cancelamento dos preços registrados poderá, ainda, ser promovido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.2.1. Por razão de interesse público;

12.2.2. A pedido da DETENTORA, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço registrado se tornar superior ao preço de mercado, nos termos da cláusula 10.1.3 desta Ata.

12.3. O cancelamento dos preços registrados será formalizado por despacho fundamentado do ÓRGÃO GERENCIADOR.

12.4. Promovido o cancelamento do registro do preço perante a DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12.4.1. Na hipótese da cláusula 12.2.3, a utilização do cadastro de reserva estará condicionada à observância do preço de mercado apurado, nos termos da cláusula 10.1.3.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula.

13.1.1. O descumprimento dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual (conforme Minuta de Contrato, Anexo V do Edital, que integra esta Ata).

13.2. É da competência do ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

13.3. É da competência do órgão contratante a aplicação das penalidades de advertência e de multa previstas no instrumento contratual.

13.3.1. O órgão contratante será competente, ainda, para a aplicação de qualquer penalidade decorrente de infração contratual praticada após o término da vigência desta Ata de Registro de Preços.

13.3.2. O órgão contratante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação de qualquer penalidade contratual durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

13.4. Os tipos de sanções administrativas e as hipóteses em que a DETENTORA estará sujeita a sua aplicação são as seguintes:

13.4.1. Multa de 20% (vinte por cento) do valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, por dar causa ao cancelamento do registro de preços, na hipótese da cláusula 12.1, salvo justificativa aceita pela Administração.

13.4.2. Multa diária de 1% (um por cento) do valor do contrato a ser assinado, pelo atraso injustificado na assinatura do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento);

13.4.3. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato a ser assinado, ou sobre a demanda solicitada, caso a DETENTORA se recuse injustificadamente a formalizar contrato oriundo da Ata de Registros de Preços ou, quando desnecessária a formalização de contrato, a atender a demanda solicitada.

13.4.3.1. A DETENTORA incidirá na mesma penalidade caso não apresente as condições necessárias para a assinatura do contrato.

13.4.4. Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, pelo descumprimento da cláusula 4.1.2 desta ARP, observados os critérios da cláusula 13.6 desta Ata.

13.4.5. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, pelo descumprimento de outras condições desta Ata, por ocorrência, desde que não constitua infração específica prevista nesta Ata ou no instrumento contratual.

13.5. Nas hipóteses das cláusulas 13.4.1 a 13.4.3, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada, das penas de impedimento temporário do direito de licitar e contratar com a Administração por até 3 (três) anos e/ou de declaração de inidoneidade por 3 (três) até 6 (seis) anos.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, eventual reincidência, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da DETENTORA.

13.7.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela DETENTORA.

13.8. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

13.9. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Para a execução desta Ata e dos contratos dela decorrentes, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

14.3. Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos, à DETENTORA, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos (e-mail): (indicar os endereços eletrônicos)

14.4. As publicações no Diário Oficial ocorrerão nos casos exigidos pela legislação.

14.5. São peças integrantes desta Ata de Registro de Preços: o Edital de Pregão nº (indicar o número do edital) e seus anexos, as atas do pregão eletrônico, a proposta comercial da DETENTORA, apresentada e aceita.

14.6. Constituem Anexos a esta Ata de Registro de Preços: a) Anexo I – Cadastro de Reserva (se houver); b) Anexo II – Órgãos Participantes da Ata de Registro de Preços (se houver)

14.7. No ato da assinatura deste instrumento foram verificadas as condições previstas nas cláusulas 18.2 e 18.2.1 do Edital de Licitação.

14.8. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital – FÓRUM da Fazenda Pública para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos Participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do ÓRGÃO GERENCIADOR e representante(s) legal(is) da
DETENTORA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº [●]/

PROCESSO ELETRÔNICO Nº [●]

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [●]/[●]/

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº [●]

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através de (órgão)

CONTRATADA: [●]

CNPJ Nº [●]

OBJETO: [●]

VALOR UNITÁRIO: R\$ [●] ([●]).

VALOR TOTAL: R\$ [●] ([●]).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: [●]

NOTA(S) DE EMPENHO: [●]

O Município de São Paulo, por meio da (*órgão*), com sede na (*endereço*), na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº (*número*), neste ato representado(a) por (*nome e função*), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) (*nome contratada*), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº (*número*), sediado(a) na (*endereço*), doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa e procuração apresentada nos autos (*se for o caso*), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos, classificados no Grupo C definido nos termos da legislação municipal, com até 24 (vinte e quatro) meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas, conforme especificações do Termo de Referência, nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e neste contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Licitação que a precedeu e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a CONTRATADA haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

2.1.1. Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

2.2. Não obstante o prazo estipulado na cláusula 2.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido apenada nas sanções de declaração de inidoneidade para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, ou de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, observadas as abrangências de aplicação e o disposto no art. 113 do Decreto 62.100/2022.

2.3.1. Por ocasião da prorrogação, será confirmada a permanência das condições previstas nas cláusulas 5.3 e 5.3.1 da Ata de Registro de Preços.

2.4. Caso a Contratada manifeste desinteresse em prorrogar o ajuste, a Contratante poderá, para evitar solução de continuidade e prejuízo ao serviço público, solicitar a continuidade da prestação dos serviços, nas mesmas condições ora vigentes, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do termo final da vigência do ajuste para assunção ou transição de nova Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. As condições de execução e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integra este contrato.

3.2. A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.

3.3. Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do objeto executado no período de aferição, submetido pela CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se a parcela do objeto foi executada a contento.

3.4. O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

3.5. Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.

3.6. O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor total estimado da presente contratação para o período de 12 (doze) meses é de R\$ _____ (_____).

Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			



Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
VALOR TOTAL GLOBAL DO CONTRATO (h) = (dXX + gXX + gXX)						

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: (indicar a dotação orçamentária correspondente).

5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, pela CONTRATADA, da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.

6.2. Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

6.4. Havendo atraso nos pagamentos por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.

6.4.1 A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

6.6. Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.

6.7. Os pagamentos obedecerão as normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a repactuação dos preços contratados observará as regras previstas na referida Ata.

7.2. Após o término de vigência da Ata de Registro de Preços, serão observadas as regras descritas nesta cláusula.

7.3. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.4. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.4.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos

custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

7.4.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida

pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.8.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

7.8.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.8.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.9. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I - I^0)}{I^0}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

7.11.1. Para os custos decorrentes do mercado: à data do pedido (art. 137, I, Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

7.11.2. Para os custos decorrentes de mão de obra: à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente (art. 137, II, Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado ao Órgão Gerenciador ou ao Contratante durante a vigência da ata ou do contrato dela decorrente, conforme o caso, e antes de eventual prorrogação ou encerramento do instrumento aplicável, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Órgão Gerenciador ou o Contratante, conforme o caso, decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pela Detentora ou Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.17.1. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto a Detentora ou Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Órgão Gerenciador ou pelo Contratante, conforme o caso, para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.18. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência do Edital de Licitação que a precedeu, e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;

8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;

8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;

8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;

8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;

8.1.8. aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

8.1.9. exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;

8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;

8.1.11. encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

8.1.12. informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a CONTRATADA não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas;

8.1.13. informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quaisquer intercorrências relativas à execução, que ensejem as tipificações de penalidades previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.1.14. receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2. A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo CONTRATANTE e conforme as disposições deste Contrato, da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação;

9.1.2. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;

9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação, que é parte integrante do presente instrumento;

9.1.4. empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

9.1.5. enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;

9.1.6. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do produto fornecido ou do serviço prestado;

9.1.7. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

- 9.1.8.** prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;
- 9.1.9.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.10.** comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até 10 (dez) dias úteis para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;
- 9.1.11.** manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.12.** assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.13.** assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;
- 9.1.14.** cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.15.** não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.16.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.1.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.1.18.** Comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

10.1.1 Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

10.1.2 Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

10.2. O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”

10.3. Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

a) Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.

b) manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.

c) Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

- d)** Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
- e)** Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
- f)** A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.
- g)** Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.
- h)** A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:
- h.I** - os dados se tornarem desnecessários;
- h.II** - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;
- i)** A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.
- j)** Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

10.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

10.4.1 Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 10.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I** – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;
- II** – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;
- III** – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;
- IV** – descrição das possíveis consequências do incidente;
- V** – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;
- VI** – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;
- VII** – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

10.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

10.4.3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

10.5 A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

10.5.1. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

I – Confirmação da existência de tratamento;

II – Acesso aos dados pessoais;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;

V – Informação sobre compartilhamento de dados;

VI – Informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

10.5.2. A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

10.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE

que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

10.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

10.6.1. A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

10.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

10.7 A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$ (indicar valor), correspondente ao importe de 05% (cinco inteiros por cento) do valor do contrato para o período de 1 (um) ano, sob qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA apresentá-la no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da data da assinatura deste contrato, nos termos do art. 125, §1º, do Decreto nº 62.100/2022.

11.1.1 O seguro-garantia ou fiança bancária deverão observar os requisitos e parâmetros previstos na Portaria SF nº 338/2021 e alterações.

11.2 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar ou renovar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre ao mesmo percentual previsto na cláusula 11.1.

11.3. O não cumprimento do disposto nas cláusulas 11.1 e 11.2 ensejará aplicação das penalidades previstas neste contrato.

11.4. A garantia poderá ser utilizada para satisfazer quaisquer débitos decorrentes da execução deste contrato, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, bem como as multas aplicadas à CONTRATADA.

11.5. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da CONTRATADA, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.

11.5.1 Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do CONTRATANTE, a garantia será retida, e poderá ser utilizada para garantia do juízo.

11.6. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7 A garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 180 (cento e oitenta dias), conforme a §2º do Art. 16 da Portaria SF n. 338 de 2021, para além do prazo estimado para encerramento da execução do contrato pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E PENALIDADES

12.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021, a contratada poderá ser apenada com as seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar; ou
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias, que poderão ser aplicadas isoladamente ou juntamente com as sanções definidas no item 12.1, letras "c" e "d":

12.2.1. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do contrato por dia de atraso da CONTRATADA em assinar o contrato até o 10º dia de atraso, após o qual será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse, ficando a critério da Administração a aplicação concomitante da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de São Paulo pelo período de até 3 (três) anos, conforme disposto no artigo 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o disposto no item 12.3.

12.2.1.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas no subitem 12.2.1 se o impedimento à celebração do contrato decorrer da não apresentação da documentação de habilitação exigida no edital que precedeu a ata de registro de preços.

12.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

12.2.2.1. No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.2.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal do ajuste, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.2.4. Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.2.5. Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD): até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 12.1.1.

12.3. Expirado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, ou nos casos de cancelamento ou rescisão, a competência de análise e aplicação de todas as penalidades cabíveis são concentradas diretamente na CONTRATANTE.

12.4. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% do valor da fatura
2	2,0% do valor da fatura



3	3,0% do valor da fatura
4	5,0% do valor da fatura
5	7,0% do valor da fatura
6	10,0% do valor da fatura

Tabela 3			
Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado, preposto ou colaborador sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
5	Fornecer informação falsa de serviço.	4	Por ocorrência
6	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
7	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo,	1	Por empregado e por ocorrência



	mal apresentado e/ou sem crachá.		
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
9	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

Item	Descrição	Grau	Incidência
12	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
14	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
15	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a	1	Por ocorrência e



	documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.		por dia
16	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
17	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	1	Por item e por ocorrência
18	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
19	Prestar suporte durante o horário comercial para garantir a continuidade dos serviços contratados.	3	Por dia
20	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência
21	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
22	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos	1	Por ocorrência e

	empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.		por dia
24	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
25	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
26	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
27	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	1	Por ocorrência
28	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência

12.4.1. Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato sem a antecedência mínima prevista no item 2.4. deste Contrato, estará sujeita à multa de:

- a)** 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b)** 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
- c)** 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

12.5. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.5.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

12.5.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

12.5.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.5.4. Caso a CONTRATADA não quite o valor devido à CONTRATANTE após a adoção de todas as medidas administrativas cabíveis para sua cobrança, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.6. Caso haja rescisão, ela atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.7. Das decisões de aplicação de penalidade caberão recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

12.7.1. Fica dispensado o recolhimento de preços públicos caso haja interposição de recursos nos termos do artigo 152 do Decreto 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

14.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.

18.2. Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.



[Local] [●], [dia] [●] de [mês] [●] de [ano] [●].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- [●]

2- [●]

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

**ANEXO VI – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS –
ORIENTAÇÕES GERAIS**

Orientações sobre as Planilhas de Custos:

1. O licitante deverá preencher tanto o modelo de proposta, que apresenta uma síntese dos valores, quanto o modelo de planilha de custos e formação de preços, que traz informações de forma detalhada.
2. A planilha detalhada fornecida é meramente exemplificativa. O licitante poderá apresentar outro modelo, desde que contenha, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento, ou seja, mais completo que o disponibilizado. Se o modelo apresentado pela licitante contiver erros ou informações incompletas, deverá obrigatoriamente utilizar os modelos fornecidos pela Administração indicados a seguir.
3. As planilhas de formação de preços estão separadas em 03 aspectos: (i) composição dos valores de locação de veículos com motorista; (ii) custos de mão de obra abertos e (iii) custos de horas adicionais.
4. O modelo disponibilizado está organizado em subitens e inclui, ainda, a estrutura de custos referente aos postos de motorista, conforme o padrão adotado pelo CADTERC (Volume 16 – Prestação de Serviços de Transporte Mediante a Locação de Veículos).
5. O licitante deverá apresentar, ainda, uma tabela detalhada de composição de custos da locação dos veículos, incluindo despesas internas como manutenção preventiva e corretiva, depreciação, trocas de óleo, impostos, entre outros itens necessários à perfeita execução dos serviços.
6. O licitante deverá preencher exclusivamente as planilhas referentes aos itens e grupos em que está participando e foi convocado.



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO VI/A – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 01

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 01 do Grupo 01 (Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
1.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
1.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b1.1 + b1.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 1.1 e 1.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 01 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo II/A).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 01		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%
Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora N°07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13° Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 01)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-COBES

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO VI/B – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 02

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 05 do Grupo 02 (Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6º feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
5.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
5.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b5.1 + b5.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 5.1 e 5.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 05 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo II/B).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 02		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%
Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora N° 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13° Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 02)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

OBJETO: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos elétricos do Grupo C com até 24 meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com recarga, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

ANEXO VI/C – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 03

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 09 do Grupo 03 (Locação de veículo do Grupo C (elétrico) - com condutor e com recarga - Posto de 44 horas semanais, 2º a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
9.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
9.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b9.1 + b9.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 9.1 e 9.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 09 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo II/C).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUCTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 03		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA DE GESTÃO

Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%
Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora N° 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
Número de Horas		
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 03)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX